

### 3.

#### 1574-1584

#### O acirramento das guerras de religião e a divisão do partido católico

A reincidência das guerras, a constante revogação de tratados e éditos recentes e a criação de novas leis, a instabilidade entre aceitação e proibição da prática da religião reformada haviam inspirado em membros da alta nobreza católica o sentimento da incapacidade da Coroa em lidar com os problemas gerados pelos conflitos religiosos. Descontentamentos semelhantes levaram à aproximação do grupo de nobres católicos *Malcontents* com os protestantes moderados: a uns Carlos IX parecia manipulado, outros julgavam-no infiel à própria palavra<sup>273</sup>. Mas, sobretudo, ambos acreditavam que o governo ou o rei, dominado por Catarina de Médici e seus conselheiros italianos, pretendia evitar a qualquer custo uma real pacificação do reino. Em fevereiro de 1574, frente ao endurecimento do governo, os protestantes, que haviam se recusado a baixar as armas em 1573, e os senhores *Malcontents*, humilhados com a prisão de Alençon e Navarra, consideram a idéia de transformar em ação armada a sua associação e dão início à quinta guerra de religião.

A morte de Carlos IX, em maio, deixa o trono vago. Apesar de ter tido os seus direitos à sucessão francesa oficialmente confirmados, o novo rei da Polônia enfrenta dificuldades para se desligar dos compromissos assumidos com a sua eleição, e a Coroa parece por um tempo ao alcance de Alençon. Líder *malcontent*, o duque acredita na possibilidade de, com o apoio dos seus novos aliados, tornar-se rei. Antes da morte de Carlos IX, duas conjurações cujo objetivo era libertá-lo e a Henrique de Navarra, em fevereiro e abril de 1574, já haviam sido frustradas, mas o duque mantém-se como a grande força por trás dos exércitos de católicos e protestantes unidos, que repetem as tentativas de libertação. No entanto, a continuação da guerra iniciada em fevereiro e o medo que as conjurações provocam na corte levam o governo, exercido interinamente pela rainha-mãe, a aproximar-se dos Guise para se proteger dos exércitos protestantes. As pretensões de Alençon sofrem um novo golpe quando o duque de Anjou entra finalmente na

---

<sup>273</sup> Jouanna, op,cit., p.231.

França, como rei, no início de setembro de 1574 (a sagração em Reims acontecerá em 13 de fevereiro do ano seguinte).

Pouco antes, no verão desse mesmo ano de 1574, havia sido concluída a aliança entre católicos moderados e protestantes, oficializada em janeiro de 1575, quando os *Malcontents* assinam com as *Provinces de l'Union* – expressão que os protestantes usavam para denominar seu sistema de reunião em assembleias – um *Traité d'association*. Nele, declaram sua intenção de viverem juntos, em plena liberdade de consciência, sem se repreenderem, mutuamente, por causa da diferença de religião:

*Nous catholiques, et nous de la religion réformée, tous deux François naturels (...) nous avons contracté et juré, contractons et jurons sainte et loyale association de corps, coeurs et bien commun. [...Qu'il] soit promptement avisé de la manière de vivre les uns avec les autres, pour rendre paisible la conscience d'un chacun (...) chacun à cet égard demeurera en son entière liberté de conscience, sans que l'un empêche l'autre en l'exercice accoutumé de sa religion, ni qu'à raison de cette diversité s'élève noise ni dissensions aucunes par paroles ni contentions; n'entendant cependant qu'il ne soit loisible aux ministres de l'une et de l'autre religion d'exercer leur charge et même aux particuliers de conférer de leur religion, pourvu que le tout se fasse paisiblement et en mutuelle charité, sans outrages ni paroles piquantes (...) attendant que Dieu par sa grâce nous ait unis en religion, comme il lui a plu nous rejoindre en courage et volonté*<sup>274</sup>.

Por trás dessa afirmação está a aceitação, por ambas as partes, da coexistência provisória das duas religiões na França, até que Deus produzisse a reunião em uma mesma religião. Se ainda não é tempo para esta união, outra já acontece, a de coragem e vontade partilhadas entre *Malcontents* e protestantes moderados. A vontade é a de impedir que a diversidade de religião leve à dissensão; a coragem é a de afirmar que apenas a experiência pacífica da liberdade de consciência e de culto pode resultar no fim das guerras e divisões no reino. Coragem que, para a *association*, faltava ao governo. Segundo esses grupos moderados de católicos e protestantes, o problema francês depois de 1572 não era

<sup>274</sup> “Nós católicos, e nós da religião reformada, ambos naturais Franceses (...) contraímos e juramos santa e leal associação de corpos, corações e bem comum. [...] Que] seja prontamente decidido da maneira de viver um com o outro, para tornar pacífica a consciência de cada um (...) cada um nesse sentido permanecerá na sua inteira liberdade de consciência, sem que um impeça o outro quanto ao exercício acostumado da sua religião, nem que por razão dessa diversidade criem-se alteração nem quaisquer dissensões por palavras nem contenções; não entendendo porém que não seja lícito para os ministros de uma e de outra religião exercer seus cargos, e mesmo para os particulares conversar sobre a sua religião, desde que tudo seja feito pacificamente e em caridade mútua, sem ultrajes nem palavras maliciosas (...) aguardando que Deus pela sua graça nos tenha unido na religião, como ele quis nos reunir em coragem e vontade”, *Traicte d'Association passée entre les Catholiques et ceux de la religion réformée pourchassans le rétablissement du Royaume de France, contre les mauuais et pernicious conseillers de sa Maiesté*. 1575, s/p.

a dualidade religiosa, mas a tirania do governo, que, ao se negar a aceitar a coexistência, conduzia arbitrariamente o reino na direção da sua destruição. Interessante reviravolta na percepção construída acerca de um governo que, entre 1560 e 1572, havia baseado na tolerância civil a sua conduta. Depois da Noite de São Bartolomeu e da quarta guerra de religião, no entanto, a posição da Coroa mudara, seus discursos haviam assumiram um tom de cobrança e repreensão, e as restrições impostas aos protestantes pelo édito de Boulogne mostravam o avanço da influência da intransigência católica sobre o rei, o conselho real e as suas decisões. *Malcontents* e protestantes reconhecem-na quando, mesmo após a morte do cardeal de Lorena, em dezembro de 1574, o partido católico mantém o controle do conselho, e quando, em fevereiro de 1575, Henrique III se casa com Louise de Vaudémont, parente dos Guise.

A declaração de união de *Malcontents* e protestantes moderados centra-se na idéia de que é preciso instituir uma convivência pacífica entre católicos e protestantes franceses, sugerindo que a unificação religiosa, se impossível no momento, poderia ser futuramente restabelecida por Deus. O conceito de tolerância, expresso em termos semelhantes pelos *politiques*, e entre eles por Michel de L'Hospital, é dessa forma retomado pela *association*. Apesar do afastamento do chanceler, Carlos IX, apoiado por Catarina de Médici, havia mantido a crença de que a única maneira de evitar a perpetuação da guerra civil era permitir o protestantismo no reino. Sem a presença de L'Hospital – cuja atuação como legislador havia sido especialmente importante –, a pressão exercida sobre a Coroa pela intransigência católica havia progressivamente, no entanto, conseguido afastá-la do seu ideal de pacificação. A noção de tolerância civil passou assim a ser desenvolvida pelos *politiques* próximos aos senhores *Malcontents* e aos protestantes moderados. Caso singular é o de Philippe Duplessis-Mornay. Protestante, Mornay estivera na Inglaterra, nos Países Baixos, em Genebra, na Hungria, na Alemanha e na Itália, e no seu retorno à França aproximara-se do almirante Coligny. Em 1574, após sobreviver à Noite de São Bartolomeu fugindo de Paris com a ajuda de amigos católicos, Mornay publica anonimamente uma *Exhortation à la paix aux catholiques Français*<sup>275</sup>. Apresentando-se apenas como um francês católico, o autor usa um recurso já em

<sup>275</sup> A atribuição do texto a Philippe Duplessis-Mornay é feita por Henri Hauser em *Les sources de l'histoire de la France* (Hauser, 1912, pp.20-21).

voga nessa época, buscando a identificação da maioria católica do reino, que, muito provavelmente, rechaçaria de imediato um escrito que suspeitasse ser obra de um “herege”. Ao inscrever a *Exhortation* sob a tutela do “*vrai Français et catholique que je suis*”<sup>276</sup>, Mornay pretende atingir os católicos não-moderados, que poderão aproximar-se das idéias contidas nela sem temerem estar sendo manipulados por um protestante, ou mesmo um *politique*, cuja intenção, acreditavam eles, não era promover uma paz benéfica aos franceses, mas apenas aquela prejudicial à Igreja e à religião.

A publicação de exortações pela paz, com a repetição das guerras civis, tornava-se mais e mais freqüente em ambos os lados, católico e protestante. A idéia era descrever os males trazidos pela guerra e assim produzir no leitor o sentimento de que a paz era imperativa. O que era esta, no entanto, variava de acordo com a filiação do autor.

Para o protestante moderado Philippe Duplessis-Mornay, a guerra era movida pela defesa da religião, e os seus efeitos maléficis podiam ser vistos nos bens, nas vidas, nos espíritos, no abandono da lei e da religião. Segundo Mornay,

*s'il est question des biens le peuple est ruiné de tailles et d'impôts mis pour cause ou sous prétexte de la guerre, la Noblesse de frais extraordinaires, le Clergé de dégâts, décimes et ventes de son temporel. Si de la vie, tantôt n'y aura-t-il plus de vieux soldats et Capitaines, de noblesse, de grands seigneurs. Il y en est trop plus mort qu'aux guerres étrangères de cinquante années, bref il n'y a Palais ni cabane, grande maison ni petite, noble ni ignoble, qui ne face deuil de son mort. Si de la conscience, j'ai grand peur qu'en combattant pour notre Religion comme nous disons nous ne l'ayons perdue pour la plupart. Parmi les armes la Loi est muette, et entre les tabourins la voix de Jésus Christ ne s'entend point. Et aussi voyons nous que pendant que nous nous entretenons, sous ombre de Religion, l'affection envers Dieu s'évanouit et la faction nous demeure toute seule imprimée au coeur. On ne parle que d'infidélité et d'athéisme. De piété et de justice moins que jamais. De là sortent les incestes et sodomies, naguères encore inconnus à notre nation, et infinis autres péchés si énormes que je m'ébahie comme la terre nous peut porter. Et tout ceci par la guerre laquelle ne se peut faire sans meurtre et ruine, et vient toujours s'accompagner d'une licence et impunité à tout mal faire*<sup>277</sup>.

<sup>276</sup> “verdadeiro francês e católico que sou”, Mornay, 1574, p.5.

<sup>277</sup> “se é questão dos bens, o povo está arruinado de talhas e de impostos colocados por causa ou sob o pretexto da guerra, a Nobreza de taxas extraordinárias, o Clero de danos, dízimos e vendas dos seus bens temporais. Se da vida, logo não haverá mais velhos soldados e Capitães, nobreza, grandes senhores. Há muito mais mortos do que nas guerras estrangeiras de cinqüenta anos, em resumo, não há Palácio nem cabana, casa grande ou pequena, nobre nem ignóbil que não porte luto pelo seu morto. Se da consciência, tenho grande medo que combatendo pela nossa Religião, como dizemos, nós não a tenhamos perdido na maioria. Entre as armas, a Lei é muda, e entre os tambores a voz de Jesus Cristo não é mais ouvida. E também vejamos que enquanto nós nos entretenamos, sob sombra da Religião, a afeição com relação a Deus desfalece e a facção fica sozinha impressa no coração. Só falamos de infidelidade e ateísmo. De piedade e de justiça menos do que nunca. Daí saem os incestos e sodomias, anteriormente ainda desconhecidos na nossa nação, e

Todo esse mal, admite Mornay, era derivado da vontade de fazer um bem. Mas a boa gente francesa que havia sido levada à guerra para conservar a religião era enganada por homens que, na verdade, não se interessavam pela religião, mas apenas pelos seus próprios interesses:

*Il serait à désirer que tous fussions bien d'accord au fait de la Religion en ce Royaume, et c'est sous prétexte de la réunir qu'on nous fait entretenir depuis quelques années. Telle était l'intention de la plupart de nous : mais nous ne nous avisions pas que ceux qui nous acharnaient les uns sur les autres abusaient de notre zèle de Religion pour parvenir à une intention toute autre que la notre. En un mot, je crains fort que nous ne fussions menés d'un zèle sans science et crois qu'il sera bien aisé à connaître que ceux qui nous incitaient, étaient pour la plupart ou conduits ou aveuglés d'une pure passion sans aucun mouvement de conscience*<sup>278</sup>.

Os que aconselhavam ao rei a guerra contra os protestantes; os que, nas homilias e prédicas, asseguravam os fiéis da necessidade de eliminar a dualidade religiosa, eliminando os praticantes do culto reformado, eram levados por um zelo que nada tinha a ver com a religião. Tamanho mal não poderia ter sua origem em Deus. Por isso, a guerra tinha para Mornay uma causa precisa: a luta contra a coexistência decidida pelo édito de Amboise, de 1560, e confirmada pelos estados gerais de Orléans no início do ano seguinte. Segundo o autor,

*en l'assemblée des états tenus sous notre Roi dernier décédé fut trouvé bon de donner liberté aux huguenots pour maintenir la paix publique, pour laquelle leur ôter il y a douze ans que nous sommes en guerre*<sup>279</sup>.

O que Mornay afirmava assim era que desobedecer ao édito real, impedindo os protestantes de terem acesso às liberdades garantidas nele, era agir contra a paz, e em favor de interesses particulares e não dos da religião. Também nas *Remonstrances aux Estats pour la Paix*, publicada dois anos mais tarde, Mornay recorreu a esse argumento: os estados de Orléans, ao chegarem à conclusão de que as duas religiões deveriam ser permitidas na França, “*non pour mettre division en*

---

infinitos outros pecados tão enormes que eu me admiro como a terra nos pode carregar. E tudo isso pela guerra, que não se pode fazer sem assassinato e ruína, e vem sempre acompanhada de uma licença e impunidade a todo fazer mal”, id., ibid., pp.3-5.

<sup>278</sup> “Era de desejar que estivéssemos bem de acordo quanto à Religião nesse Reino, e é sob o pretexto de reuni-la que nos fazem entrematarmos-nos há alguns anos. Tal era a intenção da maioria de nós, mas nós não percebíamos que aqueles que nos incitavam uns contra os outros abusavam do nosso zelo pela Religião para realizarem uma intenção totalmente diferente da nossa. Em uma palavra, temo fortemente que nós tenhamos sido levados por um zelo sem conhecimento e creio que será bom saber que aqueles que nos incitavam eram na maioria ou conduzidos ou cegados por uma pura paixão sem nenhum movimento de consciência”, id., ibid., pp.5-6.

<sup>279</sup> “na assembléia dos estados reunidos sob nosso Rei último morto foi considerado bom dar liberdade aos huguenotes para manter a paz pública, para a qual retirar-lhes há 12 anos que estamos em guerra”, id., ibid., pp.6-7.

*l'Église, mais pour prévenir la ruine et division, autrement prochaine de l'État*<sup>280</sup>, confirmavam o édito real que decretava a liberdade de consciência e de culto. Foi quando, “*par un zèle imprudent*”<sup>281</sup>, alguns franceses quiseram impedir os protestantes de usufruírem os seus direitos que a tensão entre estes e os católicos ressurgiu, e então “*nous n'avons vu que guerres, que malheurs, que ruines*”<sup>282</sup>. Nesses termos, o autor expressava a opinião partilhada por *Malcontents* e protestantes, segundo a qual a paz somente poderia ser produzida pela coexistência das duas religiões no reino.

Ao lado das publicações – parte de um trabalho cuja intenção era convencer os franceses a integrarem o campo moderado –, a *association* pretendia atuar também como uma força militar contra aqueles que considerava inimigos da paz – o partido católico e seu líder, o duque de Guise, que acusavam os protestantes e católicos reunidos de visarem apenas os seus próprios interesses, e pretenderem tomar o lugar do rei (acusação já feita por Mornay contra os católicos intransigentes). Depois de se negarem a aceitar as cláusulas do édito de Boulogne, em 1573, e de darem início à quinta guerra de religião, em fevereiro de 1574, *Malcontents* e protestantes associados concentram-se nas negociações com o rei para uma nova pacificação – iniciadas em março de 1575 – e nas tentativas de evasão do duque de Alençon e do rei da Navarra.

Logo após a sua coroação e o seu casamento com Louise de Vaudémont, respectivamente nos dias 13 e 15 de fevereiro de 1575, Henrique III recebe dos deputados que representam o príncipe de Condé e o duque de Montmorency-Damville os artigos que estes propunham para uma nova paz. As negociações foram publicadas pelo partido protestante no ano seguinte, com o título de *Negotiation de la Paix, es mois d'Auril et May 1575*. A introdução do texto, em que Condé e Montmorency-Damville são apresentados como os chefes de dois grupos distintos e reunidos – “*Le Prince de Condé, Seigneurs, Gentilshommes et autres, de la Religion réformée de votre Royaume; le Maréchal de Damville, Seigneurs, Gentilshommes et autres Catholiques à eux unis et associés*”<sup>283</sup> –,

<sup>280</sup> “não para pôr divisão na Igreja, mas para prevenir a ruína e divisão, de outro modo próxima, do Estado”, Mornay, 1576, p.15.

<sup>281</sup> “por um zelo imprudente”, id., ibid., p.15.

<sup>282</sup> “só vimos guerras, tristezas, ruínas”, id., ibid., p.15.

<sup>283</sup> “O Príncipe de Condé, Senhores, Fidalgos e outros, da Religião reformada do vosso Reino; o Marechal de Damville, Senhores, Fidalgos e outros Católicos unidos e associados a eles”, *Negotiation de la Paix, es mois d'Auril et May 1575...*, op.cit., p.3.

informa ao rei que o objetivo de protestantes e *Malcontents* com esses artigos é “*parvenir à une entière sûre et perdurable pacification des troubles*”<sup>284</sup>.

São 87 artigos. O primeiro pede que seja instituído o “*libre, général, public et entier exercice de la Religion réformée*”<sup>285</sup>, conforme estipulavam os éditos promulgados por Carlos IX, “*avec toute liberté de conscience*”<sup>286</sup>. A liberdade concedida aos protestantes deveria ser total, sendo permitidos os enterros, a inscrição nas escolas, os sínodos, a construção de templos, a “*impression et vente libre de tous livres appartenant à ladite Religion*”<sup>287</sup>, com o resultado de que as suas vidas e os seus direitos fossem respeitados como os dos demais súditos do rei, sem que se obrigasse os huguenotes a nada que fosse contrário à sua religião, como, por exemplo, ao pagamento de dízimo à igreja católica.

A maioria dos artigos propostos assemelha-se às cláusulas dos éditos de pacificação contemporâneos, o que parece justificar a tomada de armas protestante, pois na introdução da publicação de 1576 e na *Exhortation* de Mornay, de 1574, já havia sido dito que a razão que os teria levado à guerra, ou, no caso de Mornay, a origem da guerra, estava no fato de que os direitos garantidos aos protestantes pelos decretos reais haviam sido freqüentemente desrespeitados. Citando especificamente o artigo, retomado em primeiro lugar nas negociações, que no édito de Janeiro de 1562 concedia aos protestantes “*libre, général et public exercice de leur Religion*”, o autor das *Negotiations* explica que por causa da intervenção de “alguns particulares”, seus “adversários”, não houve momento de verdadeira tranqüilidade nas vidas dos huguenotes franceses:

*quant à ceux de la Religion réformée, votre Majesté sait, (...) fut fait un édit au mois de Janvier 1562 par lequel fut ordonné qu'ils auraient libre, général et public exercice de leur Religion, dont toutefois ils ne peuvent jouir, par la violence d'aucuns particuliers, lesquels par armes et à force ouverte, non seulement empêchèrent l'exécution libre dudit édit, mais poursuivant avec toute aigreur ceux qui faisaient profession de ladite Religion, les contraignirent d'avoir recours aux armes pour leur juste défense et tuition.*

*Et combien que depuis la même liberté aurait été accordée par le feu Roi votre frère, par plusieurs et divers édits, après lesquels et sur la faveur et assurance d'iceux, ils ont incontinent posé les armes, toutefois il ne leur a jamais été permis repos du moins qui ait été de durée par les susdits adversaires, lesquels à toutes occasions violant l'autorité du feu Roi et la foi publique, tant par force particulière*

<sup>284</sup> “chegar a uma inteira, segura e doradoura pacificação das perturbações”, *ibid.*, p.3.

<sup>285</sup> “livre, geral, público e inteiro exercício da Religião reformada”, *ibid.*, p.8.

<sup>286</sup> “com toda liberdade de consciência”, *ibid.*, p.9.

<sup>287</sup> “impressão e venda livre de qualquer livro pertencente à dita Religião”, *ibid.*, p.9.

*que par armes découvertes, n'ont jamais pu permettre que lesdits de la Religion vécussent en quelque tranquillité*<sup>288</sup>.

Além dos artigos baseados nos éditos de pacificação, em outros surgem propostas até então inéditas. Duas delas são particularmente interessantes, uma pelo que ela significa implicitamente, a outra por ter sido adaptada e adotada já no próximo édito, o de Beaulieu, que encerra esta quinta guerra civil em maio de 1576.

A primeira é apresentada nos seguintes termos:

*Qu'il ne sera permis mais très expressément défendu, sur peine de la vie à tous regnicoles et autres habitants en ce Royaume, de faire profession ou maintenir en public ni en privé, autre Religion que la Catholique pour les Catholiques, et la réformée pour ceux de ladite Religion : étant toutes deux entretenues sous votre autorité : et ordonné, pour cette cause, que tous Athées et libertins manifestes seront punis exemplairement, sans support ni dissimulation quelconque*<sup>289</sup>.

Isto é, a *association* propõe que não haja nenhuma outra religião na França além da católica e da protestante. Qual o sentido desse artigo? No juramento que faz no momento da sua coroação, o rei francês compromete-se a preservar a religião católica no reino (promessa que estava na base das disputas durante as guerras de religião). A proposta protestante é uma forma de reedição do juramento real, incluindo, ao lado do catolicismo, o protestantismo como única religião permitida por lei. Elas passariam a ter assim o mesmo status: seriam duas religiões *do* reino, e não só *no* reino, sendo ambas igualmente conservadas, mantidas, guardadas, alimentadas, fomentadas, preservadas pela autoridade real. A aceitação desse artigo pela Coroa significaria não apenas que não poderiam mais ser negadas aos protestantes as suas liberdades de consciência e culto, mas também

<sup>288</sup> “quanto aos da Religião reformada, vossa Majestade sabe, (...) foi feito um édito no mês de Janeiro de 1562 pelo qual foi ordenado que eles teriam livre, geral e público exercício da sua Religião, de que eles todavia não podem gozar, pela violência de alguns particulares, os quais por armas e à força descoberta, não apenas impediram a execução livre do dito édito, mas perseguindo com toda acrimônia aqueles que faziam profissão da dita Religião, obrigaram-nos a recorrerem às armas para a sua justa defesa e proteção. E mesmo que depois a mesma liberdade tenha sido concedida pelo falecido Rei vosso irmão, por inúmeros e diversos éditos, depois dos quais, e sob seu favor e segurança, eles baixaram armas incontinentemente, todavia nunca lhes foi permitida tranqüilidade pelos ditos adversários, ao menos uma que tivesse sido duradoura, os quais a toda ocasião violando a autoridade do falecido Rei e a ordem pública, tanto por força particular quanto por armas ao descoberto, nunca puderam permitir que os ditos da Religião vivessem em alguma tranqüilidade”, *ibid.*, p.4.

<sup>289</sup> “Que não será permitido, mas muito expressamente proibido, sob pena de morte a qualquer súdito e outros habitantes nesse Reino, fazer profissão ou manter em público nem privadamente, outra Religião que não a Católica para os Católicos, e a reformada para os da dita Religião; sendo ambos conservados sob a vossa autoridade; e ordenado, por essa causa, que todos os Ateus e libertinos manifestos serão punidos exemplarmente, sem apoio nem dissimulação alguma”, *ibid.*, pp.15-16.



que o rei passaria a ter a obrigação de defender protestantes e protestantismo, como era, pela sua sagração, obrigado a defender o catolicismo. Mas, apesar do esforço que fazia pela coexistência, a Coroa não cogitava em conceder à religião reformada estatuto no reino semelhante ao da católica – a despeito da opinião do partido intransigente, que acusava o rei de querer instituir o protestantismo como religião do reino, em substituição ao catolicismo.

Esse artigo não vingará, mas uma outra proposta terá sucesso entre os conselheiros do rei, e será transformada em uma das cláusulas do édito de Beaulieu, retomada sucessivamente até o édito de Nantes. Trata-se de um grande conselho de juízes composto por igual número de protestantes e católicos – que seria o órgão encarregado da aplicação dos artigos do édito que se fizer a partir dos pontos apresentados por protestantes e católicos unidos. É a primeira aparição da idéia das *chambres mi-parties*, tribunais especiais constituídos para o julgamento de casos envolvendo protestantes como litigantes, nos quais deveria haver um mesmo número de juízes católicos e protestantes, para que não houvesse deturpação da lei por razões de pertencimento religioso. O édito de Beaulieu determinará, por exemplo, que, no parlamento de Paris, uma *chambre mi-partie* seja instituída, contando com dois presidentes e dezesseis conselheiros, “*moitié catholiques, et moitié de ladite religion*”<sup>290</sup>.

A primeira reação do rei ao receber os deputados de Condé e Montmorency-Damville – antes de ler os artigos por eles apresentados – é de satisfação. As declarações do príncipe de Condé, em que afirmava a sua felicidade ao saber da intenção de Henrique III de encontrar-se com a *association* para proceder à “*pacification des troubles de ce Royaume*”<sup>291</sup>, expressam, diz o rei, o mesmo sentimento que o move nas negociações. Voltando da Polônia “*les bras tendus, en très bonne intention d’embrasser tous ses sujets sans différence aucune de Religion*”<sup>292</sup>, o rei garantia, segundo o autor das *Negotiation*, que

*à présent que nous étions venus, si nous montrions par effet la bonne affection que nous disions avoir envers lui, il nous donnerait la paix, et nous traiterait comme ses bons sujets*<sup>293</sup>.

<sup>290</sup> “metade católicos, metade da dita religião”, Stegmann, op.cit., p.102.

<sup>291</sup> “pacificação das perturbações desse Reino”, *Negotiation de la Paix, es mois d’Auril et May 1575...*, op.cit., p. 62.

<sup>292</sup> “os braços abertos, em muito boa intenção de abraçar todos os seus súditos sem diferença alguma de Religião”, ibid., p.74.

<sup>293</sup> “agora que estávamos aqui, se mostrássemos por efeito a boa afeição que dizíamos ter em relação a ele, nos daria a paz, e nos trataria como seus bons súditos”, ibid., p.74.

Após um início tão promissor, é com surpresa que os deputados ouvem do rei o seu descontentamento com os artigos propostos. As *Negotiations* contam como Henrique III, depois de ter lido com seus conselheiros o documento entregue pelos representantes de Condé e Montmorency-Damville, chama-os novamente à sua antecâmara,

*et nous dit qu'il avait fait lire les articles que lui avions baillés, lesquels il trouvait fort étranges, et s'ébahissait comment nous les avions osé présenter (...) qui lui faisait croire que nous n'aimions ni ne cherchions pas tant la paix de son Royaume, comme nous le lui avions fait entendre*<sup>294</sup>.

Já o primeiro artigo, em que se requeria o “*libre, général, public et entier exercice de la Religion réformée*”<sup>295</sup>, havia desagradado ao rei. A generalização da liberdade de culto parecia, a Henrique III, aos seus conselheiros e à rainha-mãe, impossível de decretar – nem era vontade do rei dar ao protestantismo direitos semelhantes aos da sua própria religião, e da maioria dos franceses. Henrique III diz aos deputados que

*Nous devons penser qu'étant de la Religion Catholique, il la devait plus favoriser et avantager que l'autre. Que M. le Prince et les autres peuvent bien entendre que comme ils aiment et désirent avancer la leur, aussi lui déciderait de sa part l'avancement de la sienne*<sup>296</sup>.

Nesses termos, a liberdade de consciência poderia ser acordada aos protestantes, mas não o direito de realizarem suas pregações a toda hora e por todo o reino, mantendo-se dessa forma a distinção entre a religião do rei e a religião de alguns dentro do reino. O que Henrique III pedia era que o primeiro artigo fosse “*modéré*”<sup>297</sup>, isto é, que ele fosse adaptado a certos limites, justamente os do éditto de Janeiro de 1562, confirmado pelos estados gerais de Orléans. “*Il était besoin de borner et modérer nos demandes*” diz o autor das *Negotiations*, “*et (...) le Roi nous donnerait néanmoins la liberté de consciences par tout, dont nous devons*

<sup>294</sup> “e nos diz que ele tinha feito ler os artigos que lhe tínhamos entregado, os quais ele achava bastante estranhos, e se espantava como havíamos ousado apresentá-los (...) que lhe fazer crer que nós não amemos nem busquemos tanto a paz do seu Reino, como lhe tínhamos feito a entender”, *ibid.*, pp.75-76.

<sup>295</sup> “livre, geral, público e inteiro exercício da Religião reformada”, *ibid.*, p.8.

<sup>296</sup> “Nós devíamos pensar que, sendo da Religião Católica, ele devia favorecê-la e beneficiá-la mais do que a outra. Que o Sr. Príncipe e os outros bem podem entender que, como eles amam e desejam avançar a deles, também ele decidiria por seu lado o avanço da sua”, *ibid.*, p.209.

<sup>297</sup> “moderado”, *ibid.*, p.80.

*nous contenter*”<sup>298</sup>. Mas o édito de 1562 era interpretado de forma diferente pelos representantes da *association* e pela Coroa. Para os primeiros,

*au commencement du Règne du feu Roi son frère, les États assemblés pour donner quelque police et règlement à tous ces différents de la Religion, sans avoir égard à ces prescriptions qu’aujourd’hui l’on veut mettre en avant, requièrent que l’une et l’autre Religion fût tolérée, et eût son cours libre jusqu’à la détermination d’un bon et libre Concile. (...) que c’est cela même dont aujourd’hui nous supplions et requérons sa Majesté*<sup>299</sup>.

Para o rei, a permissão total se referia apenas à liberdade de consciência; quanto à de culto, ela estava restringida a algumas áreas delimitadas – e Henrique III considerava estar seguindo as demandas dos deputados ao acordar “*l’exercice de ladite Religion à tous ceux qui la voudraient avoir: mais qu’il ne pût être qu’en certains lieux que sa Majesté ordonnerait*”<sup>300</sup>.

A discussão sobre o artigo é longa. As negociações durarão de 22 de março de 1575 até pelo menos a segunda semana de maio. De seu lado, os representantes de Condé e Montmorency-Damville diziam-se impossibilitados de aceitar qualquer proposta do rei, pois a sua deputação limitava-se a apresentar “*à Sa Majesté*” o documento composto pela *association*, e logo, diz o senhor de Darennes, “*ne pouvons autre chose que rapporter sa volonté à ceux qui nous ont envoyés*”<sup>301</sup>. Ao mesmo tempo, o “*expédiant*” proposto pelo marechal de Retz em nome do rei – que determinava a reintegração do édito de Janeiro de 1562 – não era considerado suficiente para eliminar a causa das guerras. Pelo contrário, diz o senhor de Clausonne, “*on craignait que cette grande restriction d’exercice n’engendrât de nouveaux troubles*”<sup>302</sup>.

A Coroa, por sua vez, indicando que jamais concederia a liberdade irrestrita de culto que era pedida, aumentava gradativamente a área onde ele seria permitido. Depois de vários dias de debates, Henrique III anuncia uma nova

<sup>298</sup> “Era preciso limitar e moderar nossas demandas”, “e (...) o Rei nos daria, não obstante, a liberdade de consciências em todo lugar, de que nós nos devíamos contentar”, *ibid.*, p.80.

<sup>299</sup> “no início do Reino do falecido Rei seu irmão, os Estados reunidos para dar algum governo e regulamento a todas essas divergências da Religião, sem atentar para essas prescrições que hoje querem aplicar, requereram que uma e a outra Religião fossem toleradas, e tivessem livre curso até a determinação de um bom e livre Concílio. (...) que é isso mesmo que hoje suplicamos e requeremos de sua Majestade”, *ibid.*, pp.86-87.

<sup>300</sup> “o exercício da dita Religião a todos os que a quiserem ter; mas que só poderia ser nos lugares precisos que sua Majestade ordenaria”, *ibid.*, p.100.

<sup>301</sup> “podemos apenas transmitir a sua vontade aos que nos enviaram”, *ibid.*, p.205.

<sup>302</sup> “temíamos que essa grande restrição de exercício gerasse novas perturbações”, *ibid.*, p.210.

proposta para substituir o artigo trazido pelos deputados, e avisa: “*que nous fissions état que c’était sa dernière résolution*”<sup>303</sup>.

*Le Roi accordait la liberté de conscience par tout son Royaume, sans que personne pût être recherché en sa maison, pourvu qu’il ne fit rien contre l’édit. Que l’exercice se pourrait faire en toutes les villes que nous tenions, fors qu’à Montpellier, Castres, Aiguemortes et Beaucaire*<sup>304</sup>.

As quatro cidades citadas serão, ao longo das discussões que prosseguem, incluídas entre aquelas onde o culto seria permitido, o rei pretendendo dessa forma demonstrar a sua boa vontade com relação aos protestantes, e o seu desejo de pacificar o reino.

Apesar das concessões feitas pela Coroa<sup>305</sup>, os representantes da *association* não são demovidos da sua intransigência. O rei e seus conselheiros começam a ser tomados de impaciência, e recorrem à autoridade da monarquia como fator decisório. Depois de propor as condições citadas acima, Henrique III, irritado com a obstinação dos deputados, pergunta-lhes “*qui avait plus d’occasion d’obéir, ou lui à nous, ou nous à lui*”<sup>306</sup>. A resposta mantém o impasse:

*Le Sieur Darennes dit (...) que nous désirons tous lui obéir: mais que nous le supplions très humblement de considérer que toutes les restrictions qu’il lui avait plu mettre en ses dites réponses étaient contraires à la même fin et dessein qu’il a au bien de la paix pour tous ses sujets*<sup>307</sup>.

Pouco depois, frente ao argumento, apresentado pelo senhor de Morvilliers, de que um édito que decretasse a completa liberdade de culto dificilmente poderia ser executado, o senhor de Clausonne retruca, “*Il ne faut douter (...) que le Roi ne soit obéit. Obéissez donc, dit le Roi. On répondit, qu’après Dieu nous le ferions*”<sup>308</sup>. A obediência ao rei, à qual os deputados repetem inúmeras vezes submeterem-se, aparece assim condicionada à obediência a Deus. A recusa em

<sup>303</sup> “que nós percebêssemos que era sua última resolução”, *ibid.*, p.209.

<sup>304</sup> “O Rei concedia a liberdade de consciência por todo o seu Reino, sem que ninguém pudesse ser procurado na sua casa, desde que não fizesse nada contra o édito. Que o exercício poderia ser feito em todas as cidades que possuíssimos, exceto em Montpellier, Castres, Aiguemortes e Beaucaire”, *ibid.*, pp.209-210.

<sup>305</sup> Ou justamente por causa delas, já que os deputados poderiam considerar que a sua insistência em recusar o acordo era a causa das aberturas feitas pelo rei, e que insistir nelas poderia provocar novas concessões, e talvez mesmo a permissão do culto protestante por todo o reino.

<sup>306</sup> “Quem tinha motivo para obedecer, ou ele a nós, ou nós a ele”, *ibid.*, p.228.

<sup>307</sup> “O Senhor Darennes diz (...) que nós todos desejamos obedecer-lhe; mas que lhe suplicamos muito humildemente considerar que todas as restrições que ele havia querido pôr nas suas ditas respostas eram contrárias ao fim mesmo e intenção que ele tem para o bem da paz para todos os seus súditos”, *ibid.*, p.228.

<sup>308</sup> “Não se deve duvidar (...) que o Rei seja obedecido. Obedeçam então, diz o Rei. Respondemos, que depois de obedecer a Deus o faríamos”, *ibid.*, p.236.

aceitar a proposta do rei fundava-se sobre essa ambigüidade. Em 1575, Henrique III estava disposto a garantir liberdade de consciência aos protestantes, mas não liberdade de culto – pelo menos não nos termos em que ela lhe era requerida (e que, como estava especificado logo no primeiro artigo, implicava na permissão para a construção de templos e escolas de vocação reformada, por exemplo), posto que a aceitação do artigo significaria admitir duas religiões com o mesmo status na França. Mas a liberdade de culto concedida pelo rei, restrita a algumas cidades e sobretudo proibida em locais públicos, era contrária à doutrina de Calvino, que, ferrenho opositor da religião mantida em segredo, experimentada privadamente, chamava de *nicodemitas* os fiéis que não ousavam proclamar abertamente a sua fé<sup>309</sup>, pois a religião envolvia a alma e também o corpo: “*nous savons que le Seigneur nous fait cette honneur, d’appeler non seulement nos âmes ses temples, mais aussi nos corps*”<sup>310</sup>. A escolha do caminho reformado deveria ser vivida de forma pública e ativa, deveria ser constantemente um trabalho de catequese, pois os protestantes tinham a obrigação de “manifestar a Palavra divina, cuja luz abalará e persuadirá imediatamente os adversários”<sup>311</sup>, dizia o reformador francês. O problema posto frente aos protestantes resumia-se então nos seguintes termos: como aceitar o que o rei lhes concedia e pedia, e afastar-se dos preceitos da religião, e por outro lado, como segui-los e desobedecer ao rei? Os deputados, que tinham o triplo dever de obedecer à Reforma, à *association* e ao rei, escolhem seu caminho: perguntados por Henrique III sobre a sua opinião quanto à última proposta feita pelo rei, é o senhor de Beauvoir que responde:

*il suppliait très humblement sa Majesté de lui pardonner, s’il disait que cela était un beau rien entre deux plats: et que de sa part il ne pouvait penser, selon la grosseur de son entendement, que ces réponses, quant à la Religion, fussent suffisantes pour contenter ceux de la Religion, ni apaiser les troubles, ni mettre une bonne paix en son Royaume*<sup>312</sup>.

<sup>309</sup> Segundo o Evangelho de João, Nicodemos era um importante fariseu que havia procurado Cristo à noite para discutir a Salvação. Calvino se referia aos convertidos que não se mostravam publicamente como nicodemitas porque considerava que eles, como Nicodemos, temiam ser identificados com a nova religião, e preferiam mantê-la secretamente.

<sup>310</sup> “nós sabemos que o Senhor nos dá essa honra, de chamar não apenas nossas almas seus templos, mas também nossos corpos”, Calvino, *Excuse de Jean Calvin à Messieurs les Nicodémites, sur la complainte qu’ils font de as trop grande rigueur* apud Cottret, op.cit., p.37.

<sup>311</sup> Jouanna, op.cit., p.90.

<sup>312</sup> “ele suplicava muito humildemente sua Majestade que o perdoasse, se ele dizia que isso era um belo nada, e que de seu lado ele não podia acreditar, segundo a grosseria do seu entendimento, que essas respostas, quanto à Religião, fossem suficientes para contentar os da Religião, nem pacificar as perturbações, nem colocar uma boa paz no seu Reino”, *Negotiation de la Paix, es mois d’Auril et May 1575...*, op.cit., p.272.

O massacre de São Bartolomeu, as restrições do édito de Boulogne, o casamento de Henrique III com uma parenta dos Guise, as desconfianças surgidas e discutidas durante o cerco de La Rochelle, enfim, haviam criado um fosso entre o rei e seus súditos da *association*. Apesar do desejo, muito provavelmente genuíno, de submeterem-se à decisão e à vontade do rei, os deputados – e seus mandatários, Condé, Montmorency-Damville e os demais chefes *malcontents* e protestantes – eram incapazes de separar-se dos itens que, além de garantirem a sua segurança no reino, constituíam o que eles acreditavam ser uma parte da sua missão, a instituição do protestantismo na França com o mesmo estatuto da religião de Roma – sua missão completa sendo a conversão do reino. Além disso, os deputados não podiam abrir mão do artigo que decretava a total liberdade do protestantismo na França, ou, em outras palavras, a sua completa legalização, pois não tinham suficiente confiança no rei, no seu conselho, nos seus funcionários, nas cortes de justiça, nos parlamentos para acreditar que a liberdade de consciência e a restrita liberdade de culto seriam impostas por todo o reino. Também a Coroa, que via sempre com receio os movimentos armados protestantes, julgava ter razões para acreditar que as restrições à proposta trazida pelos deputados não seriam respeitadas. Henrique III resume o sentimento do descrédito que emanava de lado a lado ao sentenciar aos deputados: “*Vous ne nous croyez pas de tout ce que nous disons, et nous ne voulons pas croire tout ce que vous dites*”<sup>313</sup>.

Após um mês e meio de negociações, o rei e os representantes dos protestantes e *Malcontents* separam-se sem um acordo, e a guerra, meio morta, avançando de pequenos cercos em batalhas sem relevância, ganha novo fôlego. Depois de duas tentativas frustradas de libertar o duque de Alençon e o rei da Navarra, uma nova conjuração, em Dreux, é bem-sucedida e, em 15 de setembro de 1575, Alençon foge da corte (em fevereiro do ano seguinte, será a vez de Navarra escapar à prisão real). Reunido ao seu grupo de *malcontents*, o duque declara ser o “*protecteur de la liberté et du bien public en France*”<sup>314</sup>. Sua fuga muda a situação dos *Malcontents* e protestantes unidos, que, depois da chegada de Henrique de Navarra, formam juntos – Alençon, Navarra, Condé e Montmorency-

<sup>313</sup> “Vós não acreditais em nada do que dizemos, e nós não queremos acreditar em tudo o que vós dizeis”, *Ibid.*, p.216.

<sup>314</sup> “protetor da liberdade e do bem público na França”, Jouanna, *op.cit.*, p.240.

Damville (que havia sido eleito em julho de 1574, pelas assembléias protestantes, governador e lugar-tenente geral do rei no Languedoc<sup>315</sup>) –, um exército de cerca de cinquenta mil homens. Um contingente mais de duas vezes maior do que o de Henrique III.

Pressionado pela falta de recursos para manter a guerra, o rei primeiro decreta uma trégua de sete meses, em novembro de 1575, e depois, a trégua tornada inútil pelo crescimento das forças *Malcontents* e protestantes, aceita discutir novamente os termos de uma paz, desta vez com o irmão. Em 6 de maio de 1576, é assinada em Étigny a *paix de Monsieur*, apelido que reflete a importância do papel de Alençon nas negociações<sup>316</sup>. Henrique III aproxima-se do irmão (que ganha o ducado de Anjou), de Navarra, Condé e Montmorency-Damville, e, como previsto nos termos da pacificação, convoca uma reunião dos estados gerais para dali a seis meses.

Com o édito de Beaulieu, que confirma a paz de Étigny, a Coroa renova os termos da permissão, suspensa pelo édito de Boulogne, do culto calvinista. Em todo o reino, nas propriedades rurais como nas cidades, a não ser na capital e onde estiver residindo a corte, os protestantes poderão realizar suas reuniões religiosas – é a liberdade de culto mais extensa acordada pelos reis franceses aos huguenotes até então, pois ela se estende dos campos às cidades.

“*Nous inclinant à la requête qui nous a été faite, tant de la part des catholiques associés, que de ceux de ladite religion prétendue réformée*”<sup>317</sup>, o rei constitui os tribunais compostos por juízes católicos e protestantes em igual número, que apareciam entre os artigos apresentados pelos deputados de Condé e Montmorency-Damville, em 1575. Ao anunciar as *chambres mi-parties*, na cláusula 18 do édito, o Henrique III justifica-as afirmando que “*l’administration de la justice est un des principaux moyens pour contenir nos sujets en paix et concorde*”<sup>318</sup>.

Embora não tenham conquistado a liberdade de culto que haviam proposto nas negociações de março-maio de 1575, a satisfação dos católicos moderados e

<sup>315</sup> *Negotiation de la Paix, es mois d'Auril et May 1575....*, op.cit., p.238.

<sup>316</sup> Tradicionalmente, na monarquia francesa, chamava-se *Monsieur* o mais velho entre os irmãos do rei.

<sup>317</sup> “Nos inclinando sobre a demanda que nos foi feita, tanto pelos católicos associados, quanto pelos da dita religião pretensamente reformada”, Stegmann, op.cit., p.102.

<sup>318</sup> “a administração da justiça é um dos principais meios para manter nossos súditos em paz e concórdia”, *ibid.*, p.102.

dos protestantes é grande, e diretamente proporcional ao descontentamento dos católicos intransigentes. Os parlamentos, largamente dominados pelo catolicismo menos afeito a mudanças, recusam-se a registrar o édito de Beaulieu, obrigando o rei a participar pessoalmente de uma sessão do parlamento de Paris para forçar a publicação dos seus artigos. O parlamento deve se inclinar, mas, assim como parte da população católica do reino, não deixa de expressar publicamente o seu desacordo em relação à aproximação entre o novo rei e os protestantes. As desconfianças que haviam prevalecido entre Henrique III e a *association*, e impedido a realização de um acordo nas negociações de 1575, deslocavam-se agora para a relação entre o rei e os católicos intransigentes.

Em defesa do édito de Beaulieu e da política de coexistência que ele representava, neste mesmo ano de 1576 Philippe Duplessis-Mornay publica as suas *Remonstrances aux Estats pour la Paix*. Com a intenção de preparar, no espírito dos deputados que se reunirão nos estados gerais de Blois, a aceitação do édito e a confirmação da paz, o autor explica longamente as razões por que esta, tão necessária, apenas poderia ser atingida pela via da permissão do protestantismo. Usando mais uma vez o disfarce do fidalgo católico bem-intencionado, Mornay admite que também era seu desejo que se pudesse ter na França uma única religião. Identificando-se assim com aqueles que afirmavam que duas confissões não poderiam conviver pacificamente em um reino, o autor acreditava poder ser mais bem recebido por eles, e escreve então para os críticos da dualidade confessional, eles que

*ne peuvent (disent-ils) endurer ni approuver, qu'on laisse vivre deux Religions ensemble en France : Je désirerais avec eux qu'il n'y eût qu'une, selon laquelle Dieu fut servi en tout et partout comme il appartient. Mais puisque souhaits n'ont point lieu, il faut vouloir ce qu'on peut, si on ne peut tout ce qu'on veut*<sup>319</sup>.

Depois de confessar sua pretensa preferência, Mornay revela qual será seu principal argumento na tarefa de fazer aqueles com os quais – em princípio – concorda passarem a concordar com ele: a situação específica em que se encontra a França, e a necessidade que ela produz. Narrando o desenvolvimento dos conflitos provocados pela Reforma, o autor conta como a guerra feita contra os protestantes estava prestes a destruir a Alemanha quando Carlos V concedeu-lhes

<sup>319</sup> “não podem (dizem eles) suportar nem aprovar que se deixe viverem duas Religiões juntas na França: Eu gostaria com eles que aí só houvesse uma, segundo a qual Deus fosse servido em tudo e por toda parte como cabe. Mas posto que desejos não acontecem, é preciso querer o que se pode, se não podemos tudo o que queremos”, Mornay, 1576, p.6.



liberdade de consciência e de culto, e a paz foi novamente possível. A partir da Alemanha, a Reforma havia tomado a Europa, chegando finalmente à França. Nela, como nas terras governadas pelo imperador, a primeira reação à novidade havia sido a repressão, às vezes brutal. Mas desde o início, a sua consequência fora o aumento do número de protestantes no reino.

*Au commencement nous les avons brûlés, tous vifs, à petit feu, sans distinction de sexe ni de qualité. Tant s'en faut que nous les ayons consumés par là, qu'ils ont éteint nos feux de leur sang et se sont nourris et multipliés au milieu des flammes. Depuis nous les avons noyés et semble qu'ils aient frayé dedans les eaux. Comme le nombre s'est accru nous les avons combattus et battus en diverses batailles, nous les avons défait quelquefois à plate couture, si ne les avons nous jamais peut abattre. Nous les avons enivrés de vin aux Noces, nous leur avons coupé les têtes en dormant : et à peu de jours de là les avons vu de nos yeux ressusciter aussi forts qu'auparavant et avec têtes plus dures et plus fortes que jamais<sup>320</sup>.*

Como na Alemanha, portanto, diz Mornay, se pela repressão só se havia chegado à guerra, seria preciso recorrer à permissão do protestantismo, à liberdade de consciência e de culto, para chegar à paz.

*Reste donc, puisque nous ne les avons pu faire mourir, que nous les laissons vivre, puisque par force nous n'avons rien profité, que par amour nous essayons, puisque la Guerre n'a de rien servi, en laquelle toutefois nous n'avons épargné, ni nos biens, ni nos vies, ni notre honneur même, que maintenant nous les laissons au milieu de nous en Paix<sup>321</sup>.*

Mas a tarefa de conquistar adeptos para a coexistência é tanto mais difícil quanto maior é a resistência ao artigo 4º do édito de Beaulieu. De fato, essa cláusula em particular concentrava as críticas de católicos intransigentes. Dizia ela:

*Et pour ne laisser aucune occasion de troubles et différends entre nos sujets, avons permis et permettons l'exercice libre, public, et général de la religion prétendue réformée par toutes les villes et lieux de notre Royaume, et pays de notre obéissance et protection, sans restriction de temps et personnes, ni pareillement de lieux et places, pourvu qu'iceux lieux et places leurs appartiennent, ou que ce soit*

<sup>320</sup> “No início nós os queimamos, vivos, a fogo brando, sem distinção de sexo nem de qualidade. Longe de os termos consumido assim, eles apagaram nossos fogos com seu sangue e se alimentaram e multiplicaram no meio das chamas. Desde então nós os afogamos e parece que eles desbravaram as águas. Como o número aumentou, nós os combatemos e vencemos em diversas batalhas, derrotamo-los às vezes completamente, se não pudemos nunca abatê-los. Nós os embebedamos de vinho nas Núpcias, cortamos suas cabeças no sono: e poucos dias depois os vimos com nossos olhos ressuscitarem tão fortes quanto antes e com cabeças mais duras e mais fortes do que nunca”, id., ibid, pp.7-8.

<sup>321</sup> “Resta então, posto que não pudemos matá-los, que os deixemos viver, posto que pela força não resultou nada, que tentemos pelo amor, posto que a Guerra não serviu de nada, na qual todavia nada poupamos, nem nossos bens, nem nossas vidas, nem mesmo nossa honra, então que agora nós os deixemos no meio de nós em Paz”, id., ibid, p.8.

*du gré et consentement des autres propriétaires, auxquels ils pourraient appartenir*<sup>322</sup>.

Em outras palavras, além das propriedades rurais dos senhores protestantes, e das três cidades onde o culto já era permitido<sup>323</sup>, o novo édito autorizava tais reuniões também nas cidades do reino que fossem em terras de senhores protestantes, ou de quem, simplesmente, não se opusesse à sua realização. E, sobretudo, permitia que o culto fosse público, ao não especificar que a permissão excluía os espaços públicos – no édito de Boulogne, o “*exercice libre de la Religion prétendue réformée*”<sup>324</sup> era permitido “*hors toutefois des places et lieux publiques*”<sup>325</sup>. Para os oponentes da tolerância civil, esse artigo era mais um passo dado pela Coroa na direção da destruição da religião católica, pois através dele os católicos intransigentes julgavam perceber de que forma a pregação reformada – que poderia entrar nas cidades e, ao sair das casas protestantes para ganhar as praças, atingir um número maior de franceses – recebia progressivamente, em termos legais, marcas de legitimidade semelhantes às do catolicismo.

Essa 4ª cláusula transforma a tarefa de Mornay. Não se tratava unicamente de convencer os católicos de não impedirem os protestantes de viverem na sua fé reformada: tratava-se de convencê-los da necessidade de esses cultos acontecerem dentro das cidades e publicamente. O argumento de Mornay permanece o mesmo: é a necessidade – pública, isto é, da República – que obriga a aceitar o que estipula o édito de Beaulieu.

*Comme nous avons déjà dit que la Paix est juste entant que nécessaire, que cet Article aussi de l'Édit de Paix est juste, entant que cette nécessaire Paix ne pouvait être ni durer sans cet Article*<sup>326</sup>.

Se o édito introduz uma novidade com relação aos anteriores, é ela mesma a causa da sua efetividade, isto é, o artigo 4º é o que determina que o acordo

<sup>322</sup> “E para não deixar nenhuma ocasião de perturbações e diferenças entre nossos súditos, permitimos o exercício livre, público, e geral da religião pretensamente reformada por todas as cidades e lugares do nosso Reino, e países sob a nossa obediência e proteção, sem restrição de tempo e pessoas, nem igualmente de lugares e praças, desde que esses lugares e praças lhes pertençam, ou que seja da conveniência e consentimento dos outros proprietários, aos quais eles puderem pertencer”, Stegmann, op.cit., p.98, art.4.

<sup>323</sup> O artigo 4º do édito anterior, de Boulogne (1573), havia determinado que em La Rochelle, Montauban e Nîmes poderiam ser realizados cultos privados.

<sup>324</sup> “exercício livre da Religião pretensamente reformada”, Stegmann, op.cit., p.88.

<sup>325</sup> “exceto todavia nas praças e lugares públicos”, ibid., p.88.

<sup>326</sup> “Como já dissemos que a Paz é justa posto que necessária, então que esse Artigo também do Édito de Paz é justo, posto que essa necessária Paz não podia ser nem durar sem esse Artigo”, Mornay, 1576, p.16.

assinado em Beaulieu terá sucesso em assegurar a paz para o reino. Para que fique clara, aos deputados e outros leitores das suas *Remonstrances*, a necessidade de se observar esse artigo, Mornay explica que a paz só durará se ele for respeitado, “*puisque sans cet Article, nous avons tant de fois éprouvé que ne la pouvons avoir*”<sup>327</sup>, e adverte:

*le dénierons-nous, nous dis-je, (...) à ces pauvres Chrétiens, à nos Frères et Concitoyens pour notre repos, pour la nécessité publique, pour racheter ce pauvre Royaume de ruine et de confusion ? Ne faisons point de difficulté sur nos villes : Ce qui est tolérable aux champs est tolérable aux bourgs, ce qui l'est aux bourgs l'est aux places et aux marchés des villes*<sup>328</sup>.

Ao criticar os adversários da 4ª cláusula do édito de Beaulieu, Mornay visa desacreditar o grupo de católicos intransigentes franceses que se recusava a aceitar qualquer forma de convívio com os protestantes. Como estes e os *Malcontents*, também aquele partido, o católico intransigente, organizava-se para tornar públicas as suas posições. As acusações de Mornay eram respondidas em publicações de autores ligados ao partido, numa troca que se constituía como uma das formas sob as quais se desenrolavam as guerras de religião na França. Um panfleto anônimo de 1574 mostra que havia dois tipos de enfrentamento através dos quais os diversos campos combatiam: o das disputas de idéias, por meio de escritos e discussões públicas, e o das armas. Este último era sempre, segundo o autor católico radical do *Advertissement, ou Epistre a Messieurs de Paris, et autres Catholiques de France*, provocado pelos protestantes, que “*se sont efforcés de planter en France par armes leur abominable secte*”<sup>329</sup>.

Os confrontos eram acompanhados pelas publicações, em que os protestantes justificavam a sua tomada de armas ou acusavam os católicos de serem os causadores da guerra. Mas aqueles não conseguiam

*résister aux Catholiques, lesquels et par écrits réfutaient tellement leurs erreurs, qu'ils ne savaient que répondre : et en disputes privées et publiques, les*

<sup>327</sup> “dado que sem este Artigo tantas vezes provamos que não a podemos ter”, id., ibid., p.41.

<sup>328</sup> “o negaríamos, nos digo, (...) a esses pobres Cristãos, aos nossos Irmãos e Concidadãos para nossa tranqüilidade, para a necessidade pública, para redimir esse pobre Reino de ruína e de confusão? Não façamos dificuldade quanto às nossas cidades: O que é tolerável nos campos é tolerável nos burgos, o que o é nos burgos, o é nas praças e mercados das cidades”, id., ibid., pp.19-20.

<sup>329</sup> “se esforçaram em plantar na França pelas armas sua abominável seita”, *Advertissement, ou Epistre a Messieurs de Paris, et autres Catholiques de France, sur les nouveaux desseings d'aucuns rebelles, et seditieux, nagueres descouuers, lesquels sous couleur et pretexte qu'ils disent en vouloir aux Ecclesiastiques, et vouloir reformer le Royaume, conspirent contre le Roy, et son Estat*, 1574, p.9.

*repoussaient en telle sorte, que tous les subterfuges qu'ils cherchaient, ne leur servaient de rien*<sup>330</sup>.

Os protestantes, por sua vez, apresentavam de modo semelhante a reação dos católicos quando eram obrigados a responder às suas publicações, e também os argumentos para desqualificar as justificativas de um e outro partido eram os mesmos. Mornay afirma, na *Exhortation à la paix* de 1574, que, quanto aos católicos contrários à dualidade religiosa,

*si nous voulons voir combien ils sont mus de Religion, nous trouverons que ce sont pour la plupart gens sans Dieu, contempteurs de Foi et de toutes lois Divines et humaines, qui n'aiment qu'eux-mêmes, et pour bâtir accroître et entretenir leurs maisons ne font point de conscience de ruiner tout un public*<sup>331</sup>;

e o autor anônimo do *Advertissement*, publicado no mesmo ano, resume de seu lado, sobre os protestantes:

*Voilà donc le but et le dessein où ils tendent et la cause finale pour laquelle ils ont entrepris cette guerre, c'est à savoir pour chasser le Roi de son Royaume et de tuer tous les prêtres*<sup>332</sup>.

A acusação de que a verdadeira intenção por trás da ação dos protestantes era dominar o reino foi frequentemente repetida pelos seus oponentes católicos (que foram também alvo dessa insinuação). As publicações nesse sentido, como o *Advertissement*, eram numerosas, e responder a elas logo se tornou imperativo para impedir os franceses, em geral, e o rei, em especial, de considerarem protestantes e católicos moderados como simples sediciosos. Houve duas formas de fazê-lo, ambas pela via das publicações: ou se invertia a acusação, atribuindo aos intransigentes a vontade de subverter a monarquia, como fez por exemplo Duplessis-Mornay na *Exhortation à la paix* de 1574; ou se negavam as acusações diretamente, o que dava aos protestantes a chance de anunciarem quais eram, segundo eles, as suas verdadeiras intenções. Na introdução da descrição das

<sup>330</sup> “resistir aos Católicos, que, tanto por escritos refutavam tanto seus erros, que eles não sabiam o que responder; quanto por disputas privadas e públicas rechaçavam-nos de tal forma que todos os subterfúgios que eles buscavam não lhes serviam de nada”, *ibid.*, p.8.

<sup>331</sup> “se quisermos ver o quanto eles são movidos pela Religião, concluiremos que são na maior parte pessoas sem Deus, desprezadores da Fé e de todas as leis Divinas e humanas, que amam apenas a si mesmos, e para construir, aumentar e conservar suas casas não fazem consciência de arruinar todo um público”, Mornay, 1574, p.12.

<sup>332</sup> “Eis aí então o objetivo e intenção a que eles visam, e a causa final pela qual eles empreenderam essa guerra, a saber, para expulsar o rei do seu Reino e matar todos os padres”, *Advertissement, ou Epistre a Messieurs de Paris, et autres Catholiques de France, sur les nouveaux desseings d'aucuns rebelles, et seditieux, naguères descouuers, lesquels sous couleur et pretexte qu'ils disent en vouloir aux Ecclesiastiques, et vouloir reformer le Royaume, conspirent contre le Roy, et son Estat*, 1574, p.29.

negociações de um acordo de paz em 1575 entre o rei e a *association*, quando o primeiro deputado a falar apresenta Condé, Montmorency-Damville e seus companheiros, sua principal preocupação é assegurar o rei da fidelidade desses grandes senhores:

*Le Prince de Condé, Seigneurs, Gentilshommes et autres, de la Religion réformée de votre Royaume: le Maréchal de Damville, Seigneurs, Gentilshommes et autres Catholiques à eux unis et associés, vos très humbles, et obéissants sujets et serviteurs (...) déclarent et protestent devant votre Majesté, qu'il n'est jamais entré en leur coeur, se soustraire de la très humble, très obéissante et fidèle subjection qu'ils doivent à votredite Majesté: mais d'un vrai amour et ferme loyauté de sujets, ont toujours reconnu et reconnaissent que telle est votre vocation et condition naturelle ordonnée de Dieu* <sup>333</sup>.

Foi, continua o deputado, com esse amor que Condé e Montmorency-Damville armaram-se para a guerra, pois, ao contrário do que se dizia contra eles, o seu objetivo era apenas o de se defenderem, e de defenderem o rei dos inimigos da sua autoridade. A conservação da majestade real era um dever que a *association* prezava sobre todos os outros – vê-la ameaçada obrigava-os a agir:

*Et à ce que votredite Majesté ne prenne en mauvaise part, ou condamne la prise des armes qu'ils ont continuée depuis votre avènement à la couronne, vous supplient très humblement, mettre en votre sage considération, qu'elles n'ont été prises par eux que d'une extrême nécessité, pour la juste défense de leurs honneurs, vies et biens, contre ceux qui leur étant capitaux ennemis, et ayant abusé de l'autorité du feu Roi votre frère, s'essayant d'en faire autant de la votre, les ont réduits à ce dernier point* <sup>334</sup>.

O aparecimento desse discurso de justificação nos textos protestantes mostra a relevância da batalha de publicações durante as guerras de religião. Eram panfletos, folhetos, libelos difamatórios, advertências, cartas, exortações, apologias e declarações, ao lado de sermões – que tinham a vantagem de atingir os não letrados – e tratados de filosofia política – cujo público era reduzido, mas influente no governo do reino. Quanto a essa última categoria, pode-se dizer que

<sup>333</sup> “O Príncipe de Condé, Senhores, Fidalgos e outros, da Religião reformada do vosso Reino; o Marechal de Damville, Senhores, Fidalgos e outros Católicos unidos e associados a eles, vossos muito humildes, e obedientes súditos e servidores (...) declaram e protestam diante de vossa Majestade, que nunca esteve em seus corações subtraírem-se da muito humilde, muito obediente e fiel sujeição que devem à vossa dita Majestade: mas de um verdadeiro amor e firme lealdade de súditos, reconheceram sempre e reconhecem que tal é a vossa vocação e condição natural ordenada por Deus”, *Negotiation de la Paix, es mois d'Auril et May 1575...*, op.cit., p.3.

<sup>334</sup> “E para que vossa dita Majestade não entenda mal, ou condene, a tomada de armas que eles seguiram depois do seu advento à Coroa, vos suplicam muito humildemente pôr sob vossa sábia consideração, que elas foram tomadas por eles apenas por extrema necessidade, para a justa defesa das suas honras, vidas e bens, contra os que, sendo seus inimigos capitais, e tendo abusado da autoridade do falecido Rei vosso irmão, tentando fazer o mesmo com a vossa, os obrigaram a esse ponto”, *ibid.*, p.3.

se tratava de uma espécie de propaganda subliminar, pois a filiação – política ou religiosa – do autor era discreta, e aparecia apenas nas entrelinhas do texto. A sua importância derivava, inclusive, daí, pois a preocupação partidária parecia ser – e de fato muitas vezes era – inferior à pretensão teórica e ao rigor intelectual. Houve casos em que um dos partidos apropriou-se de determinada obra que parecia servir aos seus propósitos, sem que o autor a tivesse composto para esse uso; houve outros casos em que um partido de opinião contrária à da obra publicada imputava-a ao partido oposto, sem que o autor fizesse parte dele.

Dentre aquelas que se pode atribuir a um ou outro lado, estão os *Six livres des politiques*, publicados em 1574 pelo arqui-diácono de Toul, François de Rosières. Dentre as obras partidárias à revelia do autor, estão os *Six livres de la République*, que Jean Bodin publica, pela primeira vez, em 1576.

Não sendo, na sua formulação, uma declaração de intenções do partido intransigente, as idéias expressadas na obra, e a proximidade com o cardeal de Lorena (a quem é dedicada) fazem dos *Six livres des politiques* um compêndio da opinião conservadora sobre a religião e seu lugar na base e no governo do Estado, sobre a política, a monarquia, a função do rei, e outros temas. Na forma de um tratado de filosofia política, Rosières analisa a política e o Estado, identificando, neste, sujeito, objeto e finalidade. Enquanto os católicos moderados, sobretudo da linha *politique*, remetiam a função do Estado à manutenção do bem comum, e desligavam-na da defesa da religião, os intransigentes reafirmavam a obrigação do rei de preservar a Igreja, e subordinavam o bem comum à conservação da religião. Quanto ao Estado, diz Rosières,

*Voilà le sujet d'icelui, qui est l'homme prudent, et bien modéré ; son objet, qui est la patrie, ou chose publique ; et sa fin, de faire adorer un seul Dieu par le peuple et communauté, et conséquemment de les faire bien et heureusement vivre*<sup>335</sup>.

A unidade de religião, abalada desde que o édito de Janeiro de 1562 havia permitido o culto protestante na França, era a principal preocupação dos católicos intransigentes franceses. A pacificação do reino, que um número crescente de nobres e pensadores franceses condicionava ao abandono da centralidade tradicionalmente dada à religião nos assuntos do reino, para o partido católico era dependente da religião. Com efeito, uma República não poderia existir sem ela:

<sup>335</sup> “Eis o assunto deste, que é o homem prudente, e bem moderado; seu objeto, que é a pátria, ou coisa pública; e seu fim, fazer um só Deus ser adorado por todo o povo e comunidade, e consequentemente fazê-los viverem bem e com felicidade”, Rosières, op.cit., s/p.

*La Religion est le nerf le plus principal, et solide fondement de la sûreté, et établissement d'une République, comme Platon, et Aristote l'ont témoigné en leurs livres de République, et Politiques. Car tout ainsi comme toutes choses procèdent de Dieu, sans lequel rien ne peut longuement être, aussi l'état civil ne peut durer, si ce n'est par la Religion, par le moyen de laquelle il est apaisé de plusieurs maux que nous commettons*<sup>336</sup>.

A posição expressa nesses termos por Rosières era o inverso daquela desenvolvida pelos teóricos da tolerância civil: a religião não era prejudicial ao Estado, o processo de pacificação do reino não precisava excluí-la das suas negociações; era ela a fonte da sua salvação, e era sem ela que a paz se tornava impossível. Se no início do século esse havia sido o padrão pelo qual se guiavam as monarquias católicas européias, na década de 1570 ele precisava ser sustentado e justificado em meio a novas concepções de Estado que, ao considerarem a política, pensavam-na como uma esfera de atuação distinta, senão oposta à religião. Uma dessas concepções foi apresentada por Jean Bodin nos seus *Six livres de la République*, publicados em 1576.

Propondo-se a estudar a soberania, “*puissance absolue et perpétuelle d'une République*”<sup>337</sup>, Bodin descreve-a como a autoridade superior de um príncipe, que, na relação com os súditos, é inquestionável e inviolável, sendo por outro lado limitada pelas leis de Deus e da natureza. Segundo Bodin,

*la souveraineté donné à un Prince sous charges et conditions, n'est pas proprement souveraineté, ni puissance absolue, si ce n'est que les conditions apposées en la création du Prince, soient de la Loi de Dieu ou de nature*<sup>338</sup>.

Bodin não considera que a relação com Deus esteja excluída da política, mas o fato de definir como um dos únicos limites da soberania a Lei de Deus não significa que o autor restrinja a ação do príncipe ao que a religião determina. A República, enunciada pelo autor como sendo “*une société d'hommes assemblés, pour bien et heureusement vivre*”<sup>339</sup>, deve ser organizada na forma de um “*droit gouvernement de plusieurs ménages, et de ce qui leur est commun*”<sup>340</sup>. Esse

<sup>336</sup> “A Religião é o principal nervo, e sólido fundamento da segurança, e estabelecimento de uma República, como Platão, e Aristóteles testemunharam em seus livros da República, e Política. Pois assim como todas as coisas procedem de Deus, sem o qual nada pode ser duravelmente, também o estado civil não pode durar, se não for pela Religião, por meio da qual ele é pacificado de inúmeros males que nós cometemos”, id., ibid., s/p.

<sup>337</sup> “poder absoluto e perpétuo de uma República”, Bodin, 1993, I, VIII, p.111.

<sup>338</sup> “a soberania dada a um Príncipe sob comissões e condições não é propriamente soberania, nem poder absoluto, a não ser que as condições postas na criação do Príncipe sejam a Lei de Deus ou da natureza”, id., ibid., I, VIII, p.119.

<sup>339</sup> “uma sociedade de homens reunidos, para viver bem e de maneira feliz”, id., ibid., I, I, p.60.

<sup>340</sup> “direito governo de várias casas, e do que lhes é comum”, id., ibid., I,I, p.57.

governo da coisa pública é o Estado, conduzido por um soberano cuja função é “*réaliser le bien commun et la justice*”<sup>341</sup>. Em princípio, portanto, Bodin discorda de Rosières quanto à relação de subordinação que liga o rei à religião. O objetivo do monarca bodiniano não seria manter a filiação religiosa dos seus súditos, o que, segundo Rosières, teria como consequência o bem comum; e no entanto, para produzir a felicidade no reino, Bodin afirma que a religião é o seu principal apoio. Como o arqui-diácono de Toul, Bodin concede à religião o lugar central entre os fundamentos da República:

*Et d'autant que les Athéistes mêmes sont d'accord, qu'il n'y a chose qui plus maintienne les états et Républiques que la Religion, et que c'est le principal fondement de la puissance des Monarques*<sup>342</sup>.

Se, para Rosières, a religião é o fundamento e o propósito para o qual existe Estado, para Bodin, sem ser o seu objetivo, a religião é o fundamento do Estado. Como tal, ela é uma certeza, e não pode sofrer abalos, não pode ser anulada, não pode ser debatida. A um dos itens tratados em seu livro, Bodin dará o seguinte título: “*Il est pernicieux de disputer de ce qu'on doit tenir pour résolu*”<sup>343</sup>. Nele, o autor afirma:

*Mais la Religion étant reçue d'un commun consentement, il ne faut pas souffrir qu'elle soit mise en dispute: car toutes choses mises en dispute, sont aussi révoquées en doute; or, c'est impiété bien grande, révoquer en doute la chose dont un chacun doit être résolu et assuré*<sup>344</sup>.

Por que não se deveriam permitir as discussões acerca da religião? Porque

*Il n'y a chose si claire et si véritable qu'on n'obscurcisse, et qu'on n'ébranle par dispute, [de même] de ce qui ne gît en démonstration, ni en raison, [mais] en la seule créance*<sup>345</sup>

Abalada a religião, abalo semelhante sofrerá a República.

A semelhança aparente entre as concepções políticas de Rosières e Bodin tem entretanto uma diferença sutil: o primeiro, ao falar em religião, refere-se à

<sup>341</sup> “realizar o bem comum e a justiça”, Goyard-Fabre, 1999, p.9.

<sup>342</sup> “E dado que mesmo os Ateus estão de acordo, que não há coisa que mantenha mais os estados e Repúblicas senão a Religião, e que é o principal fundamento do poder dos Monarcas”, Bodin, 1993, IV, VII, p.400.

<sup>343</sup> “É prejudicial discutir sobre aquilo que se deve ter por decidido”, id., ibid., IV, VII, p.399.

<sup>344</sup> “Mas a religião sendo recebida de um mesmo consentimento, não se deve sofrer que ela seja posta em discussão: pois todas as coisas postas em discussão, são também colocadas em dúvida; ora, é impiedade bastante grande colocar em dúvida aquilo de que cada um deve estar decidido e seguro”, id., ibid., IV, VII, p.399.

<sup>345</sup> “não há coisa tão clara e tão verdadeira que não se obscureça, e que não estremeça pela discussão, [assim como] o que não jaz em demonstração, nem em razão, [mas] unicamente na crença”, id., ibid., IV, VII, p.399.



católica – e o sentido mesmo do tratado do arqui-diácono é mostrar a precedência do catolicismo frente às “seitas” que pululavam no século XVI e o seu lugar primordial entre as obrigações do rei –; já Bodin, quando diz que a religião é o principal fundamento do poder soberano, não está considerando nenhuma religião em particular: “*Je ne parle point ici laquelle des Religions est la meilleure*”<sup>346</sup>. Não era *uma* religião o fundamento do reino, mas *a* religião, como uma espécie de instrução moral, de condição comum aos homens que produz uma ligação entre eles dificilmente transponível e que os orienta no sentido do bem e da ação virtuosa. “*D’autant que les Athéistes mêmes sont d’accord*”<sup>347</sup>, isto é, dado que mesmo aqueles que não acreditam em Deus são capazes de reconhecer a importância da religião como forma de unir os homens, então é preciso admitir que ela é indutora “*de l’exécution des lois, de l’obéissance des sujets, de la révérence des Magistrats, de la crainte de mal faire, et de l’amitié mutuelle envers un chacun*”<sup>348</sup>. Não se trata de defender *uma* religião específica, de impedir que ela seja abalada ou questionada; trata-se de manter *a* religião, de evitar que a ligação fundamental entre os homens seja eliminada em um reino. Segundo Jacqueline Boucher, uma igreja “*lui semblait nécessaire pour éviter des perturbations sociales*”<sup>349</sup>, e para Joseph Lecler, “*une religion positive lui paraissait nécessaire pour assurer le bon équilibre de l’État*”<sup>350</sup>.

A distinção entre o status que Rosières e Bodin conferem à religião fica mais clara quando se observa a descrição que este último faz dos cargos e funcionários ligados à administração da República. As questões relativas à religião têm o seu lugar específico, que não é o mesmo âmbito de ação do Estado; têm os seus agentes, os responsáveis pelos seus assuntos e por prover às suas necessidades, que não são os mesmos do Estado; têm os seus quadros, o clero, os ministros, magistrados que não são funcionários da República, nem são nomeados por ela ou por ela mantidos:

*Toutes personnes publiques ne sont pas pourtant officiers ou commissaires, comme les Pontifes, Evêques, Ministres, sont personnes publiques et bénéficiers plutôt qu’officiers, [choses] qu’il ne faut pas mêler ensemble, attendu que les uns sont*

<sup>346</sup> “Eu não digo em absoluto aqui qual das Religiões é a melhor”, id., ibid., IV, VII, p.400.

<sup>347</sup> “Dado que mesmo os Ateus estão de acordo”, id., ibid., IV, VII, p.400.

<sup>348</sup> “da execução das leis, da obediência dos súditos, da reverência dos Magistrados, do temor fazer errado, e da amizade mútua entre cada um”, id., ibid., IV, VII, p.400.

<sup>349</sup> “parecia-lhe necessária para evitar as perturbações sociais”, Jouanna, et al., op.cit., p.729.

<sup>350</sup> “uma religião positiva parecia-lhe necessária para assegurar o bom equilíbrio do Estado”, Lecler, op.cit., p.548.

*établis pour les choses divines, les autres pour les choses humaines, qui ne se doivent point confondre. [De plus], l'établissement de ceux qui sont employés aux choses divines, ne dépend pas des édits, ni des lois politiques, comme sont les officiers*<sup>351</sup>.

Uma observação feita entre parênteses nos *Six livres de la République* reforça o papel particular que a religião desempenha na filosofia política bodiniana: após indicar que, ao afirmar o lugar da religião na República, ele não está definindo como fundamento do poder real uma confissão específica, Bodin expõe o seu sentimento quanto à religião: “*il n’y a qu’une Religion, une vérité, une loi divine publiée par la bouche de Dieu*”<sup>352</sup>. Em outras palavras, há sim, na opinião de Bodin, uma religião verdadeira, mas ela tem seu espaço próprio, que é pessoal. No que concerne ao Estado, a Providência não é o fator decisivo da sua ação, e a distinção entre dogmas não deveria ser determinante quando se tratasse da união do reino. Bodin dá mesmo a entender que, em uma República, a unidade confessional não é imperativa, e que garantir liberdade de consciência às diferentes religiões que podem existir nela é a melhor forma de evitar “*les émotions, troubles, et guerres civiles*”<sup>353</sup>, e manter assim a ordem, a justiça e o bem comum, “*car plus la volonté des hommes est forcée, plus elle est revêche*”<sup>354</sup>.

Apesar da defesa da importância e da necessidade da religião para o reino, o desenvolvimento filosófico do pensamento de Bodin caminha para a construção de um Estado separado da Igreja. Os *Six livres de la République* contrapõem-se portanto à filosofia política católica intransigente, apresentada por exemplo por François de Rosières. A distinção entre as funções do magistrado civil e as do religioso era já indício suficiente para fazer de Bodin, aos olhos do partido católico, um autor *politique*<sup>355</sup>. Como tal, era preciso combatê-lo. Três anos depois

<sup>351</sup> “Todas as pessoas públicas não são no entanto oficiais ou comissários, como os Pontífices, Bispos, Ministros são pessoas públicas e beneficiários antes de oficiais, [coisas] que não devem misturadas, visto que uns são instituídos para as coisas divinas, e os outros para as coisas humanas, que não devem absolutamente ser confundidas. [Além disso], o estabelecimento dos que são encarregados das coisas divinas não depende de édits, nem de leis políticas, como é com os oficiais”, Bodin, 1993, III, II, pp.264-265.

<sup>352</sup> “há apenas uma Religião, uma verdade, uma lei divina publicada pela boca de Deus”, id., ibid., IV, VII, p.400.

<sup>353</sup> “as emoções, perturbações, e guerras civis”, id., ibid., IV, VII, p.401.

<sup>354</sup> “pois quanto mais a vontade dos homens é forçada, mais ela é rude”, id., ibid., IV, VII, pp.400-401.

<sup>355</sup> Bodin, nascido em 1529, ingressou muito jovem ainda no convento das carmelitas, sobrinho de um antigo prior da ordem. Entre 1545 e 1547, foi denunciado como herege, isto é, protestante, e teve de comparecer a uma sessão das *chambres ardentes* instituídas por Henrique II. Depois de uma breve estadia em Genebra, em 1552, Bodin retorna à França, onde será novamente acusado de heresia e perseguido em pelo menos três outras ocasiões: em 1569, 1577 e 1589. Restam dúvidas

de publicada a primeira versão dos *Six livres de la République*, surge uma *Remonstrance au Roy, par le sieur de La Serre, sur les pernicious discours contenus au livre de la République de Bodin* (1579). O texto, de cerca de 30 páginas, cita algumas passagens dos *Six livres*, que o senhor de La Serre analisa com a intenção de mostrar o perigo contido nas idéias aí apresentadas. Na epístola dedicatória ao rei, o autor declara:

*J'ai bien voulu par cette présente Annotation secourir la chose publique, de la découverte de son atrocité, aux fins qu'un chacun s'en puisse garder : Mêmement vous, SIRE, qui êtes l'âme, le Roi, et le père de ce Royaume*<sup>356</sup>.

A obra de Bodin, diz La Serre, está repleta de impropriedades históricas, de imprecisões e dissimulações que têm o único sentido de introduzir, entre os franceses e sobretudo pelo intermédio dos “*esprits curieux des affaires d'État*”<sup>357</sup>, as idéias que os protestantes e seus aliados haviam desenvolvido para impor sua religião e tomar o reino. Assim é que, após um trecho em que Bodin estaria indicando que o homem banido deveria ser perdoado, La Serre diz que o autor fala apenas “*craignant le malheur de plusieurs des siens*”<sup>358</sup>. Mais adiante, repetindo a passagem em que Bodin afirma que os venezianos, ao vencerem o duque de Mântua, haviam agido corretamente não o punindo e fazendo dele seu capitão, La Serre acusa: “*Il veut par là persuader qu'on face de même de ceux qui font la guerre au Roi, pour mettre le Royaume en leurs mains*”<sup>359</sup>.

Quanto à discussão, amplamente presente nessa época, sobre o dever de revolta que obriga o súdito a agir quando a autoridade não faz o seu papel, La Serre reporta o que considera ser a opinião de Bodin:

---

sobre a sua filiação religiosa – é possível que ele tenha abandonado inteiramente o cristianismo ao deixar o hábito, por volta de 1550 (segundo Gerard Mairet, há uma hipótese, não verificada, de que sua mãe fosse judia, expulsa da Espanha pela Inquisição [Mairet, 1993, p.585]). Quanto ao seu pertencimento político, a incerteza é pouco menor. Em 1590 Bodin publica uma defesa da Liga católica, mas os *ligueurs* consideravam-no, na mesma época, “*un politique et dangereux catholique*” (Jouanna, et al., op.cit., p.730). Antes de morrer de peste, em 1596, Bodin aproxima-se de Henrique IV, juntando-se ao seu exército após o fim do cerco de Laon, onde vivia, em 1594.

<sup>356</sup> “Eu bem quis, por essa presente *Anotação*, socorrer a coisa pública do descobrimento da sua atrocidade, com o fim de que cada um possa evitá-la: Mesmo vós, SIRE, que sois a alma, o Rei, e o pai desse Reino”, *Remonstrance au Roy, par le sieur de La Serre, sur les pernicious discours contenus au livre de la République de Bodin*. A Paris. Par Federic Morel Imprimeur ordinaire du Roy, 1579, pp.3-4.

<sup>357</sup> “espíritos curiosos dos assuntos de Estado”, id., *ibid.*, p.3.

<sup>358</sup> “temendo o prejuízo de muitos dos seus”, id., *ibid.*, p.9.

<sup>359</sup> “Ele quer por aí nos persuadir para que façamos como os que fazem guerra ao Rei, para colocar o Reino as suas mãos”, id., *ibid.*, pp.20-21.

*ils est très beau et convenable à qui que ce soit, défendre par voie de fait les biens, l'honneur et la vie de ceux qui sont injustement affligés, quand la porte de Justice est close*<sup>360</sup>.

E completa, nos termos do seu próprio ponto de vista: “*C’est le principal argument de ses compagnons, quand ils ont emmené les Étrangers en ce Royaume*”<sup>361</sup>. Sobre o risco de eliminar dissidentes quando estes formam grupos dentro do reino, debate que havia estado presente na elaboração do édito de Amboise de 1560, diz Bodin:

*Il se peut faire aussi, que les Collèges des sectes sont si puissants, qu’il serait impossible, ou bien difficile, de les ruiner, sinon au péril et danger de l’État. En ce cas les plus avisés Princes ont accoutumés de faire comme les sages pilotes, qui se laissent aller à la tempête*<sup>362</sup>.

La Serre repete um argumento usado em 1560 contra o édito: “*Il veut par là, qu’on laisse empiéter ce Royaume à ses partisans sans s’y opposer, pour faire goûter généralement à un chacun le doux fruit qu’ils y ont apporté*”<sup>363</sup>.

A religião que segue Bodin fica evidente para o autor da *Remonstrance* quando aquele tece uma lista de homens doutos: “*je mettrais Aristote, Cicéron, Chrysippe, Bocace, S. Bernard, Erasme, Luther et Mélanchton*”<sup>364</sup>. Para La Serre, “*depuis qu’il mêle ces trois hérétiques derniers avec saint Bernard, les appelant doctes, on peut assez comprendre de quelle marque il est*”<sup>365</sup>.

Além dessas observações, há uma, em especial, onde fica claro o descontentamento católico com a política de coexistência seguida pela Coroa desde 1562. Em itálico, a crítica de La Serre, quase um desabafo, segue-se imediatamente à citação de Bodin:

*Mais il est certain, que le Prince portant faveur à une secte, et méprisant l’autre, l’anéantira sans force ni contrainte, ni violence quelconque, si Dieu ne la maintient. Depuis que justement le Roi a tâché à ce fait, et n’y ayant pu parvenir, à cause des mauvais offices, et mauvais conseils, desquels on l’a servi : joint aussi qu’on n’a*

<sup>360</sup> “é muito belo e convém, a quem quer que seja, defender por vias de fato os bens, a honra e a vida dos que são injustamente atingidos, quando a porta da Justiça está fechada”, id., ibid., p.17.

<sup>361</sup> “Era o principal argumento dos seus companheiros, quando eles trouxeram os Estrangeiros para esse Reino”, id., ibid., p.17.

<sup>362</sup> “Pode ser também que os Colégios das seitas sejam tão poderosos que seria impossível, ou bastante difícil, arruiná-los, senão ameaça e perigo para esse Estado. Nesse caso os mais avisados Príncipes costumaram fazer como os sábios pilotos, que se deixam ir à tempestade”, id., ibid., pp.19-20.

<sup>363</sup> “Ele quer por aí que deixemos os seus partidários usurparem esse Reino sem fazermos oposição, para dar a provar a cada um o doce fruto que eles trouxeram”, id., ibid., p. 20.

<sup>364</sup> “eu colocaria Aristóteles, Cícero, Crisipo, Boccacio, S. Bernardo, Erasmo, Lutero e Melanchton”, id., ibid., p. 21.

<sup>365</sup> “dado que ele mistura esses três últimos hereges com são Bernardo, chamando-os doutos, podemos compreender suficientemente de que marca ele é”, id., ibid., p. 21.

*jamais su embrasser le fil d'une vraie guerre : non seulement il veut réitérer le dortoire ci-dessus, mais encore il veut inférer couvêtement, que la cause des protestants est maintenue de Dieu*<sup>366</sup>.

A *Remonstrãce au Roy* é obra de um grupo formado dentro do partido católico intransigente quando estes, além de expressarem sua opinião em escritos como o de Rosières, criaram outro recurso para enfrentarem protestantes, *Malcontents* e *politiques*, e defenderem a sua proposta de pacificação do reino: a organização, nas cidades e nos campos, das ligas. Apesar de existirem desde a década de 1560, foi a partir de 1575, como forma de resistência ao édito de Beaulieu, que elas começaram a aparecer por todo o reino: em Paris, em Poitiers, Fontenay, Rouen, Abbeville, Saint-Quentin, Beauvais e Péronne, nobres e burgueses encontram-se para compartilhar seu desgosto por mais uma mudança de posição da Coroa. Durante os estados gerais, que começam a se reunir em Blois em novembro de 1576, um primeiro manifesto *ligueur* circula entre os deputados desde a sua chegada. Esse texto será a base do que o rei enviará aos deputados, com algumas modificações, para que eles assinem sua integração à liga real que Henrique III pretendia comandar. Como Carlos IX antes dele, o rei tenta controlar as manifestações católicas para que elas não se tornem movimentos contra a sua autoridade. A declaração inicial do primeiro texto que circula entre os deputados traz a submissão às decisões dos estados gerais: “*Promettons et jurons d’employer nos biens et nos vies pour l’entière exécution de la résolution prise par lesdits États*”<sup>367</sup>. A Coroa reescreve o parágrafo:

*Promettons et jurons d’employer nosdits biens et vies pour l’entière exécution de ce qui sera commandé et ordonné par Sa Majesté, après avoir ouï les remonstrances des États assemblés*<sup>368</sup>.

Mudança suficiente para que os deputados se recusem a ingressar na liga de Henrique III. A proposta que se articulava inicialmente em Blois afirmava a

<sup>366</sup> “Mas é verdade, que o Príncipe favorecendo uma seita, e desprezando a outra, a eliminará sem força nem coação, nem violência alguma, se Deus não a mantiver. *Desde que justamente o Rei esforçou-se nesse sentido, e não podendo chegar a ele, por causa dos maus ofícios, e maus conselhos, daqueles com os quais serviram-no: como também nunca soubemos abraçar o fio de uma verdadeira guerra; não apenas ele quer reïterar o esmaecimento acima, mas ainda quer inferir, furtivamente, que a causa dos protestantes é mantida por Deus*”, id., ibid., p.20.

<sup>367</sup> “Prometemos e juramos empregar nossos bens e nossas vidas para a inteira execução da resolução tomada pelos referidos estados, no que toca à manutenção a nossa referida Religião Católica Apostólica e Romana, conservação e autoridade do nosso referido rei, bem e pacificação da sua pátria”, apud id., ibid., p.244.

<sup>368</sup> “Prometemos e juramos empregar nossos referidos bens e vidas para a inteira execução do que será comandado e ordenado por Sua Majestade, após ter ouvido as admoestações dos estados reunidos”, apud id., ibid., p.245.

soberania dos estados gerais e o desejo de respeitar e fazer respeitar as disposições que emanariam deles, sem a interferência do rei. A versão apresentada por Henrique III impunha aos signatários a sua vontade. Para a Coroa, é preciso reconduzir os *ligueurs* ao reconhecimento da sua autoridade e à obediência que lhe devem. Repetindo o gesto que Carlos IX já havia sido obrigado a fazer, o rei lembra aos estados tal reconhecimento e a obrigação que os súditos têm em relação ao monarca:

*Je crois aussi, qu'il n'y a celui qui ne soit venu bien instruit et préparé pour satisfaire à tout ce que j'ai mandé par mes commissions publiées en chacune province, et m'assure davantage qu'il n'y a homme en cette compagnie qui n'ait apporté le zèle et affection, qu'un bon et loyal sujet doit avoir envers son Roi et le salut de sa patrie*<sup>369</sup>.

A presença e a atuação de *Malcontents* e *ligueurs* nos estados reflete as forças em confronto na França. Ambos acreditavam no recurso aos estados gerais como forma de realizar, à revelia do rei se necessário, suas propostas de solução para o problema das guerras de religião. Para a Coroa, a reunião havia revelado a nova direção que os dois lados em conflito começavam a seguir: *Malcontents* e *ligueurs* buscavam, para melhor se defenderem e atacarem mutuamente, outro apoio que não o do rei, buscavam a autoridade dos estados gerais mesmo contra o rei. Ameaçado pelos dois lados, Henrique III planeja aproximar-se de um deles para poder resistir ao outro.

O avanço das ligas por toda a França havia produzido uma grande maioria de deputados católicos eleitos para os estados. Aproveitando a concentração de intransigentes em Blois – cuja confiança no rei havia sido severamente abalada pelo édito de Beaulieu –, Henrique III afasta-se novamente dos protestantes moderados e dos *Malcontents* e faz-se líder *ligueur*. Sua escolha torna as decisões do édito de Beaulieu inócuas, a reintegração dos senhores católicos *malcontents* infrutífera e a liberdade acordada aos protestantes inviável. A convocação dos estados, que para os *Malcontents* e seus aliados protestantes deveria servir à causa da tolerância civil, tem o efeito contrário. Em dezembro, pouco mais de seis meses depois de assinada a *paix de Monsieur*, a retomada dos confrontos no

---

<sup>369</sup> “Creio também que não há quem não tenha vindo bem instruído e preparado para satisfazer a tudo que informei por minhas comissões publicadas em cada província, e me asseguro além disso que não há homem nesta companhia que não tenha trazido o zelo e a afeição que um bom e leal súdito deve ter com relação ao seu Rei e à salvação da sua pátria”, Henri III, 1576, p.3.

Poitou e na Guiana leva ao início da sexta guerra de religião. Ao lado das disputas por meio de publicações e debates públicos, o segundo tipo de enfrentamento ao qual faz referência o autor do *Advertissement, ou Epistre a Messieurs de Paris, et autres Catholiques de France* surge mais uma vez: são os confrontos armados, a guerra civil.

Esta, a de dezembro de 1576, serve a Henrique III. Além de controlar os movimentos *ligueurs* e de reafirmar a sua autoridade, a Coroa precisava, nos estados gerais de Blois, reabastecer seus cofres, esvaziados depois dos últimos conflitos. A retomada dos confrontos apresenta ao rei a oportunidade de solucionar essas três questões: em 22 de dezembro, Henrique III declara no seu conselho que, seguindo o juramento da coroação, aceitará apenas uma religião no reino. A maioria católica dos estados exulta.

A decisão do rei não é impensada: no dia 3 de dezembro, Pierre le Tourneur, deputado por Paris conhecido como Versoris, havia lido aos seus demais colegas o artigo no qual o terceiro estado da capital pedia ao rei “*unir tous ses sujets en une Religion Catholique Romaine*”<sup>370</sup>. Deputado eleito pelo terceiro estado do Vermandois, Bodin participou dos debates, e, no seu relato sobre a reunião de 1576, conta como então ele mesmo,

*devant que opiner, lu tout haut le premier et XIIe article du cahier général de Vermandois, qui portait qu’il plût au Roi maintenir ses sujets en bonne paix, et dedans deux ans tenir un Concile général ou national, pour régler le fait de la Religion*<sup>371</sup>.

A certeza dos males que o retorno da guerra civil traria leva Bodin a insistir em uma via pacífica para a unificação do reino. As discussões prosseguem e, poucos dias depois do anúncio de Henrique III, os deputados decidem finalmente por um retorno imediato à unidade religiosa. Mas a sua declaração é surpreendente, e revela a força que a moderação ainda tinha entre eles: o catolicismo deve ser reinstituído como única religião do reino “*par les plus douces et saintes voies que sa Majesté aviserait*”<sup>372</sup>, isto é, idealmente, sem guerra.

<sup>370</sup> “unir todos os seus súditos em uma Religião Católica Romana”, Bodin, 1577, p.9.

<sup>371</sup> “ao invés de opinar, leu alto o primeiro e 12º artigo do caderno geral do Vermandois, que pedia que quisesse o Rei manter seus súditos em boa paz, e dentro de dois anos organizar um Concílio geral ou nacional, para resolver a questão da Religião”, *ibid.*, p.9.

<sup>372</sup> “pelas mais doces e santas vias que sua Majestade decidiria”, *ibid.*, p.16.

No entanto, a guerra era um fato. A paz não interessava aos intransigentes nem a Henrique III. Ela não lhe daria o dinheiro de que ele precisava para reestruturar as finanças do reino. Apenas a guerra – que era já uma realidade – traria a liberação de subsídios pelos estados, a criação de novos impostos e talvez mesmo a permissão para a alienação de uma parte dos bens da Igreja e da Coroa. Apesar dos protestos dos católicos radicais e do rei – que argumentava que a guerra já instalada pedia medidas que não seriam atendidas com uma pacificação imediata, e que esta portanto prejudicaria o reino –, os estados gerais de Blois se desfazem sem alterar sua decisão pela paz. Para Henrique III, será preciso subvencionar os exércitos em campanha com poucos recursos e alguma oposição por parte dos deputados, que consideram sua determinação desrespeitada.

Do lado protestante, Navarra e Condé buscam de volta a aliança *Malcontent*. Alençon-Anjou e Montmorency-Damville haviam no entanto sido reabilitados pelo édito de Beaulieu e tinham se reaproximado do rei, que lhes oferece o comando das forças reais. Eles lutarão juntamente com os duques de Guise, Nevers e Mayenne, católicos contrários à dualidade confessional estabelecida pelo édito de Beaulieu e favoráveis a um retorno pela força à unidade religiosa. Destituídos dos parceiros feitos poucos anos antes, os protestantes voltam-se então para a sua antiga organização militar. Como o rei, eles têm dificuldades financeiras para manter seus exércitos, e, após os cercos de Issoire e La Charité e a batalha de Brouage (vencida pelo duque de Mayenne), ambos os lados aceitam de bom grado iniciar as negociações de paz.

O édito de Poitiers, concluído em 17 de setembro de 1577, retoma a regulamentação da liberdade de culto estabelecida pelo de Amboise – nos subúrbios de uma cidade por bailia –, somando a ela a permissão do culto nos locais ocupados pelos protestantes na data da assinatura do édito. Apesar de ser bastante menos favorável aos protestantes do que o édito anterior, sem no entanto satisfazer aos intransigentes, o de Poitiers agrada aos moderados, e parece possível a sua aceitação pela população. Há, entre católicos e protestantes, descontentamentos semelhantes aos que se seguiram aos éditos anteriores, mas se experimenta uma relativa pacificação na França, que beneficia todos os envolvidos na guerra.

Henrique III dedica-se a reabilitar as finanças francesas, enquanto as determinações dos estados gerais de Blois (que não discutiram apenas a guerra



contra os protestantes, mas também a fiscalidade do reino e a sua administração financeira) são regulamentadas em ordenações e publicadas pelos parlamentos. Para garantir e aprimorar a aplicação das cláusulas do édito de Poitiers, a rainha-mãe faz, com Margarida de Valois, uma viagem pelo sul do reino. Dos encontros com Henrique de Navarra resulta o tratado de Nérac, segundo o qual, entre outras definições, são estendidos os privilégios da nobreza calvinista (como o direito de culto nas propriedades dos grandes senhores), e o número de cidades sob controle protestante, as *places de sûreté*, passa de oito para 22. Apesar das críticas localizadas e da decepção católica – cuja expectativa era a de ver Henrique III, vencedor das batalhas de Jarnac e Montcontour, durante a terceira guerra civil, em 1569, eliminar o protestantismo, e que reconhecia nele depois de Poitiers um monarca mais comprometido com a tolerância civil do que com a reunificação religiosa do reino – não há oposição intransponível ao édito nem à paz.

A retomada dos confrontos será, de certa forma, inesperada. Partem de Henrique de Condé os primeiros movimentos de retorno à guerra. A Picardia, região cujo governo havia sido restituído ao príncipe pelo édito de Poitiers, recusa-se a recebê-lo como governador. Condé e outros protestantes, em ruptura com o grupo moderado, decidem atacar La Fère (na província picarda) e tomam a cidade em 29 de novembro de 1579. As forças reais movimentam-se então para bloquear o avanço protestante. É o início da sétima guerra de religião. A princípio, nem Henrique de Navarra nem outros senhores protestantes participam com Condé dos conflitos, preferindo manter uma posição de neutralidade. Apenas em março do ano seguinte Navarra declarará abertamente apoio ao primo e entrará, com seus homens, na guerra. Regiões tradicionalmente engajadas na causa reformada, como a cidade de La Rochelle e a província do Languedoc (com as exceções de Aigues-Mortes, Lunel e Sommière, sob o comando do filho do almirante Gaspar de Coligny), recusam-se a tomar parte e abastecer de homens os exércitos protestantes.

Pouco numerosos e divididos internamente, os protestantes têm apenas uma vitória importante na guerra: entre final de maio e início de junho de 1580, Navarra cerca e toma Cahors, cidade que fazia parte do dote de Margarida de Valois, e à qual Navarra considerava ter direito. Pouco depois, Catarina de Médici pede ao duque de Alençon-Anjou que intervenha para acelerar as negociações para o fim dos confrontos. Duas conferências entre o duque e Navarra, em Fleix e

Coutras, decidem as cláusulas da pacificação. O tratado de Fleix é assinado por Alençon-Anjou em 26 de novembro, as resoluções de Coutras em 16 de dezembro e a paz (que tem o nome oficial de *paix de Fleix*) é confirmada pelo rei em 26 de dezembro de 1580. Os artigos acordados nas conferências mantêm as decisões do édito de Poitiers.

Após a sétima guerra de religião, a pacificação produz um ambiente de tranqüilidade e retorno à normalidade semelhante àquele estabelecido depois da sexta guerra. A continuidade dada por Henrique III aos trabalhos de reestruturação das finanças, assim como as regulamentações que se seguem aos estados gerais de Blois, incluindo reformas fiscais e das instituições de ensino, por exemplo, e os anos de paz até que se inicie a oitava guerra de religião, em 1585, dão frutos, e o esforço de recuperação do reino provoca a retomada da agricultura, da indústria, do comércio. Sobretudo, há na França um clima de tranqüilidade e a esperança de que as guerras civis provocadas pelo cisma religioso não se repetirão mais. Em 1585, Étienne Pasquier publica uma *Apologie de la paix*, na qual, entre os benefícios da paz e os males trazidos pela guerra, exalta a solidez da paz estabelecida a partir de 1580: “*Voilà la Paix maintenant assurée, on a fondé ses fondements, ils sont bons, sûrs, et ne sont prêts à être écroulés*”<sup>373</sup>.

Paradoxalmente, será a ausência de grandes confrontos internos que levará à oitava guerra de religião. Desde a sua reintegração à corte, em 1576, o duque de Alençon-Anjou, sem receber do rei nenhuma função de destaque além das negociações de Fleix e Coutras, almeja um casamento com a rainha da Inglaterra, Elizabeth I, ou o comando das províncias que, nos Países Baixos, seguem em revolta contra a dominação espanhola. Se as negociações matrimoniais se arrastam, em janeiro de 1579 as províncias protestantes formam a União de Utrecht, em oposição à de Arras, estabelecida no início desse mesmo mês entre as províncias católicas e fiéis a Felipe II. Os estados gerais da União propõem ao duque que se torne seu “príncipe e senhor”<sup>374</sup>. Proposta aceita, as duas partes assinam, em 19 de setembro de 1580, um tratado estipulando os deveres e os direitos de Alençon-Anjou, que recebe também os títulos de conde de Flandres e duque de Brabant.

<sup>373</sup> “Eis a Paz agora assegurada, fundamos seus fundamentos, eles são bons, seguros, e não estão pertos de desabarem”, Pasquier, 1585, p.73

<sup>374</sup> Jouanna, op.cit., p.292.

Um texto anônimo publicado em 1582, com o título de *Dialogue ou pour parler de deux personnages, desquels l'un est le bien veillant public, & l'autre le très puissant Prince, Monsieur, le Duc d'Anjou, nostre très redouté seigneur*, explica ao duque que o dever de um “*bon Prince*” é “*défendre ses sujets de toute injure, outrage et violence, et les aimer comme le père aime ses enfants, et le berger ses brebis, qui met sa vie en hazard pour les défendre*”<sup>375</sup>. No caso das províncias da União, Alençon-Anjou foi escolhido porque estas acreditavam que ele poderia protegê-las de um inimigo que rondava havia muitos anos, o rei da Espanha e a sua imposição do catolicismo. Em 26 de julho de 1581, ao declararem a sua independência, o que as províncias, que no panfleto anônimo eram representadas pelo “bem público”, pediam ao duque era “*nous défendre, et (...) nous délivrer de la tyrannie dont nous sommes menacés par nos ennemis*”<sup>376</sup>.

No papel de protetor da União, o duque deve fazer frente ao governador espanhol dos Países Baixos, Alexandre Farnèse, duque de Parma. Mas sua derrota é retumbante: mais de mil fidalgos franceses morrem em janeiro de 1583, em Anvers, quando Alençon-Anjou tenta ocupar a cidade. Desacreditado, o duque volta à França e busca em Henrique III os meios para retomar seu comando holandês. O rei continua enviando fundos periodicamente ao irmão, que, depois da derrota em Anvers, emprega-os para manter sua última conquista, Cambrai. Pouco depois da entrevista entre os dois, o duque se retira da corte, doente. Tuberculoso, Alençon-Anjou morre no dia 10 de junho de 1584. Com ele, termina a dinastia Valois. O herdeiro do trono, já que Henrique III não tem filhos, é o protestante Henrique de Navarra.

---

<sup>375</sup> “bon Príncipe”, “defender seus súditos de qualquer injúria, ultraje e violência, e amá-los como o pai ama seus filhos, e o pastor suas ovelhas, que põe sua vida em risco para defendê-los”, *Dialogue ou pour parler de deux personnages, desquels l'un est le bien veillant public, & l'autre le très puissant Prince, Monsieur, le Duc d'Anjou, nostre très redouté seigneur*, 1582, s/p.

<sup>376</sup> “defender-nos, e (...) libertar-nos da tirania de que somos ameaçados pelos nossos inimigos”, *ibid.*, s/p.